

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

JÉSSICA MARIA SILVA CELESTINO

**A REDE SOCIOASSISTENCIAL A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ASSISTENTES  
SOCIAIS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

VITÓRIA  
2015

JÉSSICA MARIA SILVA CELESTINO

**A REDE SOCIOASSISTENCIAL A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ASSISTENTES  
SOCIAIS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Juliane de Araujo Barroso

VITÓRIA  
2015

JÉSSICA MARIA SILVA CELESTINO

**A REDE SOCIOASSISTENCIAL A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS ASSISTENTES  
SOCIAIS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, por:

\_\_\_\_\_  
Prof. Especialista Juliane de Araujo Barroso- Orientador

\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. Aláisa de Oliveira Siqueira, FCS

\_\_\_\_\_  
Prof. Camila Valadão, FCS

Dedico o meu trabalho a minha madrinha que não pode vivenciar esse sonho ao meu lado, minha mãe, minha avó e meu irmão.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus por todas as bênçãos derramadas, toda força e sabedoria concedida nessa caminhada.

À minha família, especialmente a minha mãe, minha avó e meu irmão que estiveram presente em todos os momentos, principalmente no final, com o melhor abraço, o melhor apoio e as melhores palavras. Aos meus primos que ficaram na torcida pela minha conquista.

À minha madrinha que infelizmente não esteve presente na minha longa caminhada, mas com certeza está feliz com a minha vitória. Obrigada por ser esse anjo iluminado que me abençoa todos os dias.

À minha melhor e querida orientadora, professora Juliane, por toda paciência, animação e aprendizado. E por todas as vezes que chegou com um sorriso animador, que me fazia sentir firme para continuar na batalha.

À minha maravilhosa supervisora de estágio: Walkiria, que com toda paciência e carinho, me ensinou muito e hoje sou grata a ela por todo esse aprendizado. Você sim é uma excelente profissional. A você o meu OBRIGADA!

Às colegas de graduação, muito sucesso e felicidade a todas e que possamos nos encontrar fora do mundo acadêmico. Já as amigas da academia eu desejo de coração que essa amizade seja cultivada e duradora e que possamos caminhar juntas daqui pra frente. Amo vocês! **NÓS CONSEGUIMOS!**

Um dia virá em que todo meu movimento será criação, nascimento, eu romperei todos os nãos que existem dentro de mim, provarei a mim mesma que nada há a temer, que tudo o que eu for será sempre onde haja uma mulher com meu princípio, erguerei dentro de mim o que sou um dia.

Clarice Lispector

## RESUMO

O tema proposto para essa pesquisa é a rede socioassistencial a partir da percepção dos assistentes sociais no Centro de Referência da Assistência Social. Assim, determinou-se o problema: A rede socioassistencial articula o conjunto de respostas às desigualdades sociais com eficiência em torno dos problemas do território? Buscou-se como objetivo geral: analisar a prática profissional de Assistentes Sociais do CRAS São Pedro Região II no âmbito do território, identificando a percepção dos mesmos quanto à articulação da rede socioassistencial, e como objetivos específicos: identificar os limites e possibilidades para a realização do trabalho dos assistentes sociais junto à rede socioassistencial e mapear a rede de atendimento social do território, a partir da utilização dos equipamentos pelos profissionais. Dessa forma o referencial teórico, traz a contextualização do Serviço Social no mundo e no Brasil, o reconhecimento da Assistência Social como direito, o processo de trabalho do Serviço Social na percepção e desdobramentos de intervenções a partir do território, o Centro de Referência de Assistência Social, a articulação com a rede socioassistencial e o território. Como método foi utilizado a pesquisa descritiva e grupo focal como meio para coleta de dados, a qual foi realizada com quatro assistentes sociais que colaboraram com a pesquisa.

**Palavras-chave:** Assistência Social. Processo de trabalho do Serviço Social. Centro de Referência de Assistência Social. Rede socioassistencial. Território.

## ABSTRACT

The theme proposed for this research is the social assistance network from the perspective of the social worker in the Social Assistance Reference Center. Thus, it determined the problem: Does the Social Assistance Network articulate the set of social inequalities answers efficiently around the territory's problems? It attempted as the general objective: to analyze the professional practice of Social Workers *CRAS São Pedro Região II* within the territory by identifying their perception regarding the articulation of the social assistance network, and the specifics objectives: identify the limits and possibilities for the realization of the work of the Social Workers together with the Social Assistance Network and mapping the Social Service Attendance Network of the territory, from the use of equipment by professionals. Thus the theoretical framework brings the context of Social Work in the world and in Brazil, the recognition of Social Assistance as a right, the work process of the social work in perception and unfolding interventions from the territory, the Social Assistance Reference Center, the articulation with the Social Assistance Network and territory. As a Method was used a Descriptive Research and focus group research as a means for the data collection, which was performed with four Social Workers who collaborated with the research

**Keywords:**. Work process of the social work. Social Assistance. Social Assistance Reference Center. Social Assistance Network. Territory.

## **LISTA DE SIGLAS**

ABESS - Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social

BNH - Banco Nacional de Habitação

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAPs - Caixas de Aposentadoria e Pensão

CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio Serviço Social

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo

CF/88 - Constituição Federal de 1988

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CUT - Central Única dos Trabalhadores

FGTS - Fundo de Garantia do tempo de Serviço

IAPs - Institutos de Aposentadoria e Pensões

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

LOPS - Lei Orgânica da Previdência Social

NOB- Norma Operacional Básica

PAIF - Programa de Atenção Integral às Famílias

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

SALTE - Saúde, Alimentação, Transporte e Energia

SEMAS -Secretaria Municipal de Assistência Social

SIGAF - Sistema de Gerenciamento da Atenção à Família

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUDS - Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	23
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	27
2.1. BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO MUNDO .....	27
<b>2.1.1 Breve histórico do Serviço Social no Brasil</b> .....	31
<b>2.1.2 Processo de Trabalho do Serviço Social</b> .....	44
2.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.....	49
<b>2.2.1 Centro de Referência de Assistência Social</b> .....	56
<b>2.2.2 A rede socioassistencial</b> .....	60
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	63
<b>4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA</b> .....	67
4.1 PRINCIPAIS DEMANDAS TRAZIDAS PELO MUNICÍPE PARA O CRAS.....	67
4.2 PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS PELOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL .....	69
4.3 O MAPEAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL .....	71
4.4 O TRABALHO EM REDE SOCIOASSISTENCIAL NO ÂMBITO DO CRAS E O SEU FUNCIONAMENTO .....	72
4.5 LIMITES E POSSIBILIDADES, DESAFIOS E AVANÇOS NO ACIONAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL .....	74
4.6 CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO DO MUNICÍPIO PARA O TRABALHO EM REDE SOCIOASSISTENCIAL .....	75
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	79
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	81

<b>APÊNDICE A</b> .....	87
<b>APÊNDICE B</b> .....	89
<b>ANEXO A</b> .....	91
<b>ANEXO B</b> .....	93
<b>ANEXO C</b> .....	95

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como foco, a rede socioassistencial a partir da percepção dos assistentes sociais no Centro de Referência da Assistência Social, tendo como objetivo geral: analisar a prática profissional de assistentes sociais do CRAS São Pedro Região II no âmbito do território, identificando a percepção dos mesmos quanto à articulação da rede socioassistencial. Nesta perspectiva, elencou-se como objetivos específicos: identificar os limites e possibilidades para a realização do trabalho dos assistentes sociais junto à rede socioassistencial e mapear a rede de atendimento social do território, a partir da utilização dos equipamentos pelos profissionais.

A pesquisa foi desenvolvida no local de estágio, no Centro de Referência de Assistência Social São Pedro Região II, localizado no município de Vitória. A escolha deste tema surgiu mediante experiência vivida no período de estágio, onde foi notável por meio da prática profissional dos assistentes sociais a presença de um trabalho em rede e sua relevância, por meio disso, busca-se compreender o funcionamento dessa rede de atendimento social do território, identificando as instituições que a compõem mediante contribuição dos profissionais que participaram dessa pesquisa visualizando os limites e possibilidades para efetivação e acesso a esse serviço.

Com essa experiência, observaram-se a partir das demandas do público atendido, que estes se apresentam aos serviços por diversas expressões da questão social como, pobreza, conflitos familiares, uso indevido de drogas, analfabetismo, entre outros.

A rede socioassistencial surgiu para atender as demandas das famílias ou indivíduos tendo como proposta agir em conjunto com a sociedade civil. A rede é a articulação dos serviços que visam atender as demandas e as reais necessidades do cidadão (NEVES, 2009; BRASIL, 2005b).

Tendo em vista o entendimento sobre a rede socioassistencial e a sua relevância, torna-se fundamental o envolvimento dos profissionais de diversas áreas de atuação no trabalho em rede. Sendo a rede socioassistencial uma ferramenta que busca atender os usuários dos serviços públicos como forma de criar um canal para facilitar

o acesso as informações. Assim a compreensão do trabalho em rede socioassistencial torna-se fundamental para o campo do Serviço Social, uma vez que, a partir da pesquisa poderemos identificar os limites e possibilidades encontradas pelos profissionais. O conhecimento da rede socioassistencial permite que os profissionais que trabalham na área tenham maior visibilidade sobre o território que o CRAS abrange, facilitando não somente o seu exercício profissional como possibilitando a busca de novas estratégias de ação.

Conforme Koga (2011), território não é apenas um espaço geográfico, mas sim, um espaço onde famílias e indivíduos se relacionam, constroem suas histórias e praticam suas atividades.

O referencial teórico divide-se em três capítulos, tendo o primeiro, um breve histórico do Serviço Social no mundo e no Brasil, logo em seguida a configuração do processo de trabalho do Serviço Social. O segundo capítulo, discorre sobre a trajetória da Assistência Social e sua efetivação como direito com a promulgação da Constituição Federal de 1988, seguindo as legislações que permeiam a profissão, enfatizando sobre o Centro de Referência de Assistência Social. E o terceiro capítulo, ressalta a relevância da rede socioassistencial para a Política de Assistência Social. Ao discorrer a pesquisa utilizo-me de alguns autores, tais como: Iamamoto (2010), Netto (2011), Koga (2010), Martinelli (2011), Montaño (2007), Guerra (1999), dentre outros.

Verifica-se que um trabalho envolvendo análise da prática do assistente social e sua percepção sobre a rede socioassistencial torna-se extremamente relevante uma vez que, ao realizar um levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) da CAPES, buscando identificar trabalhos que abordassem a temática: A percepção do assistente social sobre a rede socioassistencial, não obtivemos resultados. Somente foram encontrados trabalhos que abordavam a temática referente à prática do assistente social junto à rede socioassistencial e a Prática profissional do assistente social no Centro de Referência de Assistência Social. Diante dessa busca, nota-se que este trabalho poderá servir de base para construção de conhecimento novo sobre a temática da rede socioassistencial não só para os assistentes sociais, os quais trabalham e militam na área, mas outros profissionais que ali atuam. E ainda, espera-se contribuir que as reflexões geradas

por este trabalho possam servir de base para a formulação de ações que venham atender os interesses da população.

Dessa forma, esse projeto de pesquisa visou contribuir com um estudo mais aprofundado do tema, possibilitando para que as intervenções dos profissionais, que compõem a rede socioassistencial do território em estudo possam vir a captar as reais demandas dos usuários da rede e possibilitar a compreensão de que estes são sujeitos da própria história, o que poderá levá-los a atingir os seus direitos sociais na totalidade.

Posteriormente ao referencial teórico, na metodologia foi descrito todo o processo para a produção da pesquisa, em especial, o tipo de pesquisa, o local onde foi realizada, os participantes para a realização da coleta de dados, além de descrever o procedimento dessa coleta e forma de tratamento dos dados.

Por fim, como resultado da pesquisa, foram analisados os dados coletados por meio de grupo focal com roteiro de entrevista (APÊNDICE A), com as quatro assistentes sociais presentes no CRAS São Pedro Região II, permitindo uma discussão que leva a compreensão da prática do assistente social no Centro de Referência de Assistência Social na articulação com a rede socioassistencial para melhor atender as demandas postas pelas famílias referenciadas.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO MUNDO

O presente capítulo tem como objetivo discorrer sobre o processo histórico do Serviço Social no mundo e no Brasil. Para tanto, abordaremos sua trajetória de forma contextualizada explorando elementos importantes para melhor compreensão da categoria.

O Serviço Social no mundo, iniciando com o capitalismo monopolista adentrando no capitalismo industrial para melhor compreensão da necessidade de profissionalizar o Serviço Social mediante contradições entre burguesia e proletariado. Conforme Netto (2011a), o Serviço Social foi criado com as mazelas próprias da burguesia, sendo demarcado por condutas filantrópicas e assistencialistas.

No século XIX, o capitalismo monopolista ganhou força e foi um período em que os monopólios se desenvolveram e fortaleceram os grandes monopólios (NETTO, 2011a). O período que antecedeu o capitalismo monopolista foi marcado pela Revolução Industrial, que iniciou na Inglaterra e se espalhou por toda Europa Ocidental, significou a ascensão do capitalismo industrial, transformou o próprio modo de produção concentrando-se nas fábricas, substituiu o trabalhador por máquinas e separou a força de trabalho dos meios de produção. O desenvolvimento do capitalismo industrial explorou a classe trabalhadora, aumentando a pauperização, enquanto a riqueza concentrava-se na classe burguesa (MARTINELLI, 2011).

Vale ressaltar conforme Martinelli (2011) que o capitalismo estabelece a divisão de classes<sup>1</sup>, onde a classe trabalhadora luta pela vida, na tentativa de superar a burguesia.

---

<sup>1</sup> Conforme Netto e Braz (2011) foi a partir da comunidade primitiva que a lógica de divisão começou a surgir, havendo a divisão da comunidade entre aqueles que produziam e os que se apropriavam dessa produção. Desde o escravismo a produtividade do trabalho estava ligada à repartição do mesmo, tendo a divisão sexual como a primeira forma, ou seja, atividades diferentes para homens e mulheres, posteriormente, dividiu-se também o trabalho, depois a cidade e o campo e por fim as atividades intelectuais, das manuais, essas divisões instaurou-se a divisão social do trabalho. A sociedade foi organizada da seguinte forma: na parte alta estavam a minoria de escravos e proprietários de terras e na base os homens que não tinham direito de estabelecer a vida, eram eles os camponeses e os artesãos livres. O escravismo, relacionado à comunidade primitiva acarretou na exploração do homem, na propriedade privada, no comércio, e outros, além de dividir a sociedade em

Com o ritmo da produção acelerada, houve o aumento da mão de obra, assim, as famílias mudaram-se para os arredores das fábricas, surgindo as cidades industriais. Porém, as referidas cidades eram construídas em locais inadequados e com precárias condições de vida, além de mudar o contexto social, era uma condição do capital. Os trabalhadores sofreram um processo de divisão social do trabalho, além das precárias condições de vida e trabalho. Aos poucos, eles passam a pensar em estratégias para protestar, exigindo seus direitos e recusando a exploração. Surge assim, o movimento dos trabalhadores desencadeado pelo movimento do capital, onde, os operários começam a construção da sua identidade de classe (MARTINELLI, 2011).

A Revolução Industrial inaugurou o capitalismo industrial, que teve início com o surgimento das máquinas, e por isso, foi preciso transitar a mão de obra para um sistema assalariado. Conforme Martinelli (2011, p.38-39), “[...] o capital, como relação social de produção, tem como característica a sua condição de expandir valor [...]”.

No capitalismo monopolista, a economia se expandiu com o aumento das mercadorias e dos serviços, as taxas de lucros eram elevadas gerando um sub consumo nos setores monopolizados. Enquanto no cenário social, elevaram-se as contradições das classes: burguesia com a concentração de poder e o proletariado, cada vez mais pobre e menos inserido no mercado, a exploração dos trabalhadores aumentou e eles tornaram-se alienados, não tendo dimensão do seu trabalho (NETTO, 2011a).

Conforme Netto (2011a) o Estado além de atender o capitalismo monopolista desempenhou múltiplas funções, entre elas: o controle da luta de classes e a criação de políticas sociais. Atendia também a demanda das classes subalternas e foi nesta condição que a questão social tornou-se objeto de intervenção do Estado e alvo das políticas sociais.

Conforme Netto (2011a, p.30),

[...] o Estado burguês no capitalismo monopolista, procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem

---

classes sociais fundamentais. Seguente ao escravismo impôs-se o feudalismo caracterizado pelos feudos pertencente a um nobre que sujeitava os servos, a terra era dividida entre eles, sendo que a parte ocupada pelos servos era mediante trocas e prestações.

monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora sistemas de consenso variáveis, mas operantes.

Vale ressaltar que a questão social como citada pode ser explicada por Yamamoto (2012, p.27, grifo do autor), “[...] como o *conjunto* das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura [...]”.

A política social no capitalismo monopolista preservou e controlou a força de trabalho, por meio do seguro social, trabalhando com os benefícios da classe trabalhadora, como a previdência social e as políticas setoriais (NETTO, 2011a). Além de concretizar-se na luta de classe, decorrentes da mobilização dos trabalhadores, o Estado buscou estratégias as suas ações.

A Igreja Católica apareceu como a instituição que desempenhava papel relevante no âmbito da assistência e do Serviço Social (NETTO, 2011a). No século XIX, a Igreja posicionava – se devido à dimensão que a questão social teve com o desenvolvimento do capitalismo na Europa e as condições de vida e trabalho que os operários da época viviam (AGUIAR, 2011).

O Serviço Social surgiu para manipular e intervir com estratégias para o trabalhador aceitar e adaptar-se as condições de vida e trabalho postas pelo capital, controlando a classe operária a fim de não realizarem greves (NETTO, 2011a).

Durante o século XIX, cursos de Serviço Social foram criados, incorporando atividades filantrópicas afinadas de um instrumental da natureza técnica. Passou a ser fundamental para a profissão do Serviço Social, a criação de um espaço sócio-cultural no mercado de trabalho, “[...] no qual o agente técnico se movimenta – mais exatamente, o estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam este agente” (NETTO, 2011a, p.70). A emergência de profissionalizar o Serviço Social foi uma variável do capitalismo monopolista.

Para Estevão (2006), no início do século XX, a primeira assistente social norte – americana Mary Richmond começou a pensar no Serviço Social e na sua execução no processo de profissionalização. Além de desenvolver o Serviço Social de Caso, uma técnica utilizada para tratar indivíduos isoladamente, buscando compreender e solucionar os problemas de forma particular sem considerar os aspectos internos e externos da realidade de cada sujeito.

Por conseguinte, desenvolveu o Serviço Social de Grupo como método de atuação, cujo objetivo era atender uma demanda maior, já que com o aprofundamento da

crise capitalista o Serviço Social de Caso não era suficiente para atender a todas as demandas postas (ESTEVÃO, 2006).

Segundo Estevão (2006), em 1934 os Assistentes Sociais começaram a utilizar o método de trabalhar em grupo e aos poucos, foi aceito. A partir desse método, surgiu a necessidade de trabalhar com grupos interligados cujos objetivos eram comuns e por isso, foi gestado o Serviço Social de Comunidade.

Na década de 1930, conforme Yamamoto (1997, p.18), “o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica [...]”.

A Igreja Católica perde fiéis da classe trabalhadora e começa a fortalecer suas ações na tentativa de recuperá-los, buscando evangelizar a sociedade, assim, o Movimento de reação católica surgiu como projeto de recristianização da burguesia (YAMAMOTO, 1997).

O Serviço Social é uma profissão que passou por modificações, além de ter sido vista como uma profissão baseada na caridade, no favor e na filantropia. Em busca de tentativa de responder sobre sua origem e profissionalização, o Serviço Social apresentou duas teses sobre a sua natureza e o seu processo, ambas são antagônicas. Sendo elas, a perspectiva endogenista e a perspectiva histórico – crítica (MONTAÑO, 2007).

A perspectiva endogenista teve sua sustentação baseada “na evolução, organização e profissionalização das formas “anteriores” de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção da “questão social”” (MONTAÑO, 2007, p. 20). A profissão baseia-se nas primeiras formas de ajuda encontradas nas obras de Tomás de Aquino, entre outros, além de ser vista a partir de si mesma, tendo uma visão particularista ou focalista (MONTAÑO, 2007).

A perspectiva histórico – crítica procurou um novo caminho de análise, contrária a perspectiva endogenista. Conforme Montaño (2007, p. 30), “entende o surgimento da profissão do assistente social como um produto da síntese dos projetos político – econômicos [...]”. Ou seja, o Serviço Social cumprindo o papel da ordem social e econômica.

As duas perspectivas apresentaram um arsenal histórico e teórico do Serviço Social e foram debatidos pelos assistentes sociais (MONTAÑO, 2007).

Dessa forma, traz o debate para o Brasil, onde o Serviço Social surgiu tendo como base o Serviço Social Europeu (MARTINELLI, 2011).

### **2.1.1 Breve histórico do Serviço Social no Brasil**

Trata-se de uma breve contextualização do surgimento do Serviço Social no Brasil, a partir de 1930 até o surgimento das principais legislações que permeiam a profissão. Conforme Aguiar (2011) o nessa época o Serviço Social era ligado à ação da Igreja Católica.

No período que antecedeu 1930, no Brasil, o Estado não investia em políticas sociais e a questão social era tratada como caso de polícia. Desse modo, a filantropia, a caridade, a bondade e o clientelismo são marcas das ações sociais, essas que não eram percebidas como direitos da população, mas realizadas com intuito de conter os problemas.

O Brasil no período de 1930 era governado por Getúlio Vargas, que rompeu com a oligarquia para fazer acordo com a oligarquia cafeeira. Seu governo tinha como características, a organização das relações entre trabalho e capital com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, buscas por mudanças para o sistema econômico brasileiro, alinhado ao processo industrial. Foi investido também em legislações de cunho assistencialista e regulatório, marcando um sistema com características conservadoras com marcas clientelistas e voltadas para a concessão de benefícios e a expansão das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) e dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) no campo previdenciário. O primeiro assegurava benefícios aos trabalhadores, como; a aposentadoria, o socorro médico entre outros; já o segundo congregavam os trabalhadores por sua competência (COUTO, 2010).

O período de 1930 foi marcado pelo investimento na industrialização e o governo de Vargas teve seu foco voltado para a economia, enquanto a questão social foi deixada de lado.

A autora Martinelli (2011) explica que a chegada do Serviço Social no Brasil em 1932, ligado ao capitalismo e a Igreja Católica foi devido à necessidade de agentes para o exercício da ação social que teve espaços ampliados para a realização da ação principalmente devido à criação das IAPs e CAPs.

O Serviço Social nesse momento de conjuntura era um projeto que estava no começo da intervenção profissional, como explica a autora Silva (2002, p.24);

[...] apresenta-se como estratégia de qualificação do laicato da Igreja católica que, no contexto do desenvolvimento urbano vinha ampliando sua ação caritativa aos mais necessitados, para o desenvolvimento de uma prática ideológica junto aos trabalhadores urbanos e suas famílias. Procura-se, com isso, atender ao imperativo da justiça e da caridade, em cumprimento da missão política do apostolado social, em face do projeto de cristianização da sociedade, cuja fonte de justificação e fundamento é encontrada na Doutrina Social da Igreja.

Segundo Martinelli (2011), o Serviço Social deu seu primeiro passo no Brasil com o surgimento do “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”, desenvolvido pelo Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) cujo objetivo era o exercício da ação social por meio de agentes, tendo como público desse curso, mulheres jovens, solteiras, católicas e de família burguesa paulista.

O CEAS tem objetivo de formar os seus membros por meio de estudos voltados a Igreja, fundamentando as ações nos problemas sociais, como explicam os autores lamamoto e Carvalho (2003, p.173);

[...] as atividades do CEAS se orientarão para a formação técnica especializada de quadros para a ação social e a difusão da doutrina social da Igreja. Ao assumir essa orientação, passa a atuar como dinamizador do apostolado laico através da organização de associações para moças católicas e para a intervenção direta junto ao proletariado [...].

As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil surgiram a partir da visão da Igreja e foram organizadas com cursos semanalmente oferecidos por grupos e associações (AGUIAR, 2011).

Segundo a autora Martinelli (2011, p.106), “o impulso trazido pela criação da Escola foi muito importante para a sistematização do ensino do Serviço Social, bem como para o seu processo de profissionalização e institucionalização”.

A primeira escola brasileira de Serviço Social surge em 1936, em São Paulo, pelo CEAS e a segunda no Rio de Janeiro, em 1937, enfatizando a necessidade de formação social, ambas tendo a influência da Igreja Católica (AGUIAR, 2011).

Na década de 1940, diversas escolas de Serviço Social surge com formação influenciada pelas primeiras escolas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Conforme Aguiar (2011), na organização das Escolas de Serviço Social, a Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social (ABESS) teve uma atuação relevante, acompanhando as discussões que envolviam o Serviço Social.

Houve uma aceleração na formação de assistentes sociais, devido o período que demandavam por mais profissionais formados. Com essa expansão, notou-se que a profissão passou a ser privilégio não apenas das classes dominantes, mas também, da pequena burguesia (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

O período de 1945 a 1950, governado por Eurico Gaspar Dutra, foi marcado pela redemocratização do país e a criação do programa Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (SALTE) cujo objetivo era de conter gastos (AGUIAR, 2011). “[...] Esse é o primeiro plano governamental que introduz a perspectiva de atendimento a questão social nas preocupações do governo, incorporando, no campo do planejamento, políticas de cunho econômico e social [...]” (COUTO, 2010, p.105). O governo Dutra não atendia a classe trabalhadora, tornando a política repressiva e dando vitória a retomada de Vargas do poder.

Os governos no período de 1946 a 1964 priorizaram a indústria, criando o sistema “S”: Serviço Social da Indústria, Serviço Social do Comércio, entre outros, buscaram com esse sistema, a formação de um perfil de trabalhador para ser útil ao sistema (COUTO, 2010). Com o surgimento dessas instituições o Serviço Social teve seu mercado de trabalho ampliado, podendo institucionalizar sua atividade (SILVA, 2002).

Em 1951, Getúlio Vargas foi pressionado por grande parte da população a cumprir a promessa de criar programas voltados para a área social, mas encontrou oposição ao seu projeto. Tal projeto teve o intuito de controlar os trabalhadores com as políticas trabalhistas, mas houve manifestações públicas geradas pela classe trabalhadora que não aceitava a posição de Vargas diante do não cumprimento da promessa (COUTO, 2010).

Vargas suicidou-se em 1954, e sua morte recompôs a força da classe trabalhadora. Assumiram o poder, Juscelino Kubistchek e em seguida, João Goulart, governos que tiveram como base o desenvolvimentismo e o nacionalismo. O primeiro acelerou o

desenvolvimento econômico e focou na industrialização, já o segundo, foi marcado por movimentos sociais criados por trabalhadores (AGUIAR, 2011; COUTO, 2010).

O governo de Juscelino de 1956 a 1961 foi baseado no seu Plano de Metas que tinha objetivo de desenvolver econômico, político e socialmente 50 anos em cinco, visando priorizar a economia do país, além da aceleração da industrialização. O plano de metas reproduz desempregados que passaram a viver na marginalidade urbana, notava-se que a questão social continuava despolitizada, não sendo preocupação do governo, ao contrário da economia que era o seu alvo (COUTO, 2010).

O desenvolvimento econômico do Brasil ficou marcado durante esse período e fundamentado pela implantação da indústria automobilística, bem como o recurso do Estado que era utilizado na infraestrutura do projeto 50 anos em 5, focando na malha rodoviária quanto a sua qualificação e ampliação, além de estabelecer medidas para atrair indústrias multinacionais e capital estrangeiro para o Brasil (COUTO, 2010).

Nesse período como afirma Wanderley (1998), o Brasil apresentou contradições devido o crescimento econômico, como o arrocho salarial, o aumento da inflação, entre outros. Com a industrialização foi exigido ao mercado e ao trabalho uma nova estrutura, sendo assim, o governo especializa a mão de obra e aplica formação profissional e técnica.

O autor Couto (2010) afirma que em 1960 foi aprovada a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), sendo destaque desse período no âmbito social. Por meio dessa lei foram universalizados os benefícios aos trabalhadores do mercado formal.

Em 1961, por um curto mandato Jânio Quadros sucede Juscelino Kubitschek, com intenção de combater a inflação por meio de um ato inflacionário. Logo após a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart assume o poder em 1963, buscando conter a inflação e a estabilidade, tendo um governo reformista e nacionalista e defensor das reformas de base. Foi um governo marcado pela criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), além dos vários movimentos sociais. A estabilidade do governo não durou muito, devido às manifestações das classes operária e média (AGUIAR, 2011; COUTO, 2010).

Segundo a afirmação de Yamamoto e Carvalho (2003), o projeto janista propõe mudanças no âmbito da educação, do trabalho e da saúde, mas, tem enfoque no social, principalmente na tentativa de diminuir a pobreza para que o desenvolvimento seja nacional e integral.

O mandato de João Goulart ficou marcado por sua viagem a China e a tentativa de implantação do socialismo no Brasil. Em 1963 segundo Aguiar (2011, p.125), “[...] havia motivações de golpes e desejo de conduzir o País por via não democrática, quer pela direita, quer pela esquerda [...]”.

De acordo com Aguiar (2011), durante esse mandato, o Serviço Social teve destaque, principalmente com a realização do II Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1961, realizado no Rio de Janeiro, cujo tema: Desenvolvimento Nacional para o Bem-estar social. Tal congresso explicou sobre a postura desenvolvimentista assumida pelo Serviço Social na época.

O foco: “[...] a Previdência Social para o Desenvolvimento, O Desenvolvimento e Organização de Comunidade no setor urbano e rural, A Formação e Treinamento de Pessoal para o Desenvolvimento e Organização de Comunidade e outros [...]” (AGUIAR, 2011, p.132). Esses focos do congresso eram as preocupações dos assistentes sociais.

Conforme Aguiar (2011), o presidente Jânio Quadros apresentou de maneira formal em discurso a relevância do Serviço Social no desenvolvimento, afirmando que a participação do homem nesse momento seria necessária para solucionar os seus problemas, assim o serviço social integrava o povo a comunidade.

A autora Silva (2002, p. 27), fala sobre a questão social durante o governo de João Goulart,

[...] nesse período, é enfrentada por medidas de extensão da educação, ampliação da Previdência, extensão da legislação trabalhista ao trabalhador do campo com o Estatuto do Trabalhador Rural, barateamento de alimentos básicos, combate a doenças endêmicas e programas de habitação popular.

Nesse período o Serviço Social foi considerado a partir de duas vertentes: a conservadora, que o Serviço Social é absorvido pelo Estado e a prática profissional começa a se preocupar com a comunidade, adotando novas técnicas. E a mudancista, um pequeno grupo de Assistentes Sociais tem uma análise crítica da sociedade percebendo a necessidade de mudanças (SILVA, 2002).

O Governo de João Goulart chegou ao fim em 1964, junto com o Golpe Militar, que se estendeu por duas décadas, até 1985. Esse Golpe foi marcado pela tomada dos militares que buscavam o poder e não aceitavam a forma como os civis dirigiam a nação, alegando que esses eram incapazes, sendo um período de utilização de muita força, repressão, censura e tortura. (AGUIAR, 2011; COUTO, 2010).

Segundo Couto (2010) a força e a repressão nesse período eram formas de garantir a transformação do Brasil em uma potência econômica.

A partir do Golpe Militar os governos que o formaram apresentaram caráter autoritário. Sendo eles: Humberto Castelo Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo (COUTO, 2010).

O governo de Humberto Castelo Branco de 1964 a 1966 foi marcado pela utilização dos atos institucionais que estabeleciam as regras de convivência entre a sociedade e eles, além de dar lei as suas ações, criados no período da Ditadura Militar (COUTO, 2010).

Conforme Couto (2010) o primeiro ato institucional cassou os direitos políticos de militares, sindicais e líderes políticos, o segundo, decretado em 1965, estabeleceu a eleição indireta para presidente, o terceiro, fixou eleições para governador, vice-governador, prefeito e vice-prefeito; e o quarto fechou o congresso e ditou as regras para a nova constituição (COUTO, 2010).

Além dos atos institucionais que foram impostos no governo de Castelo Branco, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), que atendia os setores mais despossuídos e o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) que defendia os setores empresariais com intuito de proteger o trabalhador (SERRA, 2010).

Em 1967 Arthur da Costa e Silva sucedeu Castelo Branco, governo marcado pelo decreto do ato institucional nº 5, o país foi governado por onze anos tendo como base esse ato. Segundo o autor Couto (2010), por meio deste ato, a repressão policial e militar foi endurecida e ampliada, o habeas corpus foi suspenso, entre outros.

O governo de Emílio Garrastazu Médici sucede Castelo Branco, de 1968 a 1974, foi marcado pelo “Milagre Econômico” que pode ser explicado pelo autor Serra (2010 p. 55-56, grifo do autor);

Esse “milagre” proporcionou ao Brasil taxas de crescimento médio de 10% do Produto Interno Bruto, representando a tentativa do regime militar de cumprir os objetivos nacionais do denominado “Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”, que tencionava tornar o Brasil um país desenvolvido no espaço de uma geração, duplicando a renda *per capita* e mantendo em dois dígitos as taxas anuais de desenvolvimento.

Ernesto Geisel assumiu o poder de forma autoritária, antiliberal e intervencionista, em 1974 a 1979, responsável por implantar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e pelo Pacote de Abril, que era um conjunto de regras eleitorais, onde foram decididas a eleição indireta para governadores, a limitação da propaganda eleitoral, entre outros. (COUTO, 2010; SERRA, 2010).

Em 1979, João Baptista Figueiredo assume o poder e estende-se até 1985, ano final do Regime Militar, comprometeu-se a transformar o país em uma democracia, além de ser instituído o III Plano Nacional de Desenvolvimento com intuito de definir o acelerado crescimento do emprego e da renda, contenção da inflação, a melhoria da distribuição de renda entre outros (SERRA, 2010; SILVA, 2002).

A Lei da Anistia decretada em 1979 tratava da questão dos exilados políticos. Foi encaminhada ao Congresso e resultou em uma lei restritiva que anistiava também os torturadores. Outro fato importante que marcou o governo de Figueiredo foi a “Diretas já”, em 1982, um movimento que ocupou as ruas em defesa das eleições diretas para presidente, mas o resultado não foi alcançado, tendo uma eleição indireta do candidato Tancredo Neves (COUTO, 2010).

O Serviço Social brasileiro no período da Ditadura Militar foi muito marcado por avanços e possibilidades. Período em que começaram a pensar na operacionalidade e na natureza do Serviço Social por um grupo de assistentes sociais ligados ao povo e aos programas do governo buscando reformas (AGUIAR, 2011). A autora Silva (2012), afirma que começaram a pensar em um Serviço Social modernizador, que rompesse com o tradicional em busca de uma ação profissional modernizadora, com avanço técnico da profissão.

O Movimento de Reconceituação cresceu no interior do Serviço Social em 1965, como um movimento da categoria. A renovação do Serviço Social mostrou-se de caráter acumulativo, marcado pelo período de 1965 a 1985, por três momentos de reflexão, sendo respectivamente; a perspectiva modernizadora e a reatualização do conservadorismo e a perspectiva da intenção de ruptura (NETTO, 2011b).

Freire citado por Silva (2002, p. 84), afirma-se que o movimento de reconceituação teve origem “[...] vinculada à ruptura total dos valores tradicionais e à busca de novos valores, pautados na concepção dialética e histórica da sociedade [...]”.

De acordo com Netto (2011b), o primeiro momento de reflexão: perspectiva modernizadora de 1965 a 1975 foi organizada pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio Serviço Social (CBCISS) que promoveu os seminários de teorização: Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista.

A perspectiva modernizadora buscava ajustar o Serviço Social como instrumento de intervenção, tendo uma temática integradora e dinamizadora. O caráter modernizador desse momento aceitava o que era posto pelo Golpe Militar de Abril como a ordem sociopolítica e buscava profissionais para atender as demandas apresentadas (NETTO, 2011b).

Sobre essa perspectiva, Wanderley (1998, p.43) analisa “[...] não chegou a romper com o conservadorismo no Serviço Social. Representou, antes, uma atualização da profissão, condicionada pelos padrões do capitalismo monopolista [...]”.

Conforme Netto (2011) e Silva (2002), o auge da perspectiva modernizadora foi alcançado com os seminários de Araxá em Minas Gerais, entre 19 e 26 de março de 1967 e de Teresópolis no Rio de Janeiro entre 10 e 17 de janeiro de 1970, porém nesse último ano as expectativas profissionais não eram mais atendidas perdendo sua hegemonia.

O primeiro Seminário de Teorização do Serviço Social, realizado em Araxá, estudou e teorizou a sua metodologia, com intenção de modernizar a profissão ao contexto, porém as bases ainda eram conservadoras. Foi convocado pelo CBCISS e buscou discutir a inserção do Serviço Social face ao desenvolvimento e os assistentes sociais passaram a questionar a natureza e a operacionalidade da profissão, tendo como resultado o Documento de Araxá (AGUIAR, 2011).

Nesse documento constava toda a discussão realizada durante o seminário, dentre os objetivos, a natureza e a metodologia do Serviço Social (NETTO, 2011b).

De acordo com Aguiar (2011, p.150), “O documento apresenta-se com uma introdução, três capítulos e uma nota final; e é dividido em parágrafos”. O capítulo I destacou-se a natureza, os objetivos e as funções do Serviço Social; o capítulo II estudou a metodologia do Serviço Social aprofundando na metodologia de Ação do

Serviço Social, na adequação da metodologia às funções do mesmo e o capítulo III, examinou a realidade brasileira do Serviço Social (AGUIAR, 2011).

O segundo seminário de Teorização do Serviço Social, realizado em Teresópolis, deu continuidade aos estudos do documento de Araxá e contou com três textos que contribuíram para fundamentar a metodologia do Serviço Social, sendo eles: o de Costa, “Introdução às questões de metodologia. Teoria do diagnóstico e da intervenção em Serviço Social” questionava as teorias de intervenção, buscando uma forma diferente de intervenção; o de Soeiro, “Bases para a reformulação da metodologia do Serviço Social”; o objeto do Serviço Social estaria na orientação social e o de Dantas, “A teoria metodológica do Serviço Social”, ideia de que a prática do Serviço Social alcançasse a cientificidade (NETTO, 2011b).

Segundo a autora Silva (2002), na década de 1970, o Serviço Social brasileiro começou a ser pensado na perspectiva marxista. O autor Netto (2011b, p.35), explica mais sobre esse período, o “[...] Encontro de Teresópolis, marcam o esforço da categoria profissional em torno da sistematização teórico – prática do Serviço Social”. Foi também a partir dessa década que a perspectiva marxista entrou para o contexto do Serviço Social Brasileiro.

O documento de Teresópolis contou com relatório de dois grupos de profissionais que participaram do encontro e concentraram-se nos temas: “Concepção científica da prática do Serviço Social” e “Aplicação da metodologia do Serviço Social”. O grupo A estudou o primeiro tema, e começou a construção a partir das necessidades básicas e sociais, classificando-se a partir dos fenômenos observados na prática em níveis biológicos, doméstico, familiar, educacional, residencial entre outros. O grupo B estudou o segundo tema, levando em consideração os problemas e necessidades, a partir disso, foi construído ideias baseadas na lógica das variáveis e dos fenômenos (NETTO, 2011b).

Segundo Netto (2011b) na metade da década de 1970, iniciou-se o processo de deslocamento da perspectiva modernizadora, com a realização dos seminários de Sumaré, em 1978 e Alto em Boa Vista, em 1984. Ambos os seminários consideraram dois aspectos relevantes e conexos: vanguardas profissionais da década de 1970 por conta dos seminários que tendiam a ser tornar éticos, e o segundo, as direções e dimensões ideopolíticas que provocaram um divórcio entre as vanguardas.

O seminário de Sumaré apresentou três temas relacionados ao Serviço Social dos quais deveriam enfrentá-los: a cientificidade, a fenomenologia e a dialética. O primeiro tema apresenta dois grupos de profissionais do Rio de Janeiro e de São Paulo: “A cientificidade do Serviço Social” e “Reflexões sobre o processo histórico-científico de construção do objeto do Serviço Social” (NETTO, 2011b).

Netto (2011b) afirma que o grupo carioca redigiu o primeiro documento preocupando-se com o conceito de cientificidade para posteriormente pensar no Serviço Social. O grupo paulista redigiu o segundo documento e preocupava-se com os processos e fatos reais.

O segundo momento: reatualização do conservadorismo, na década de 1970 foi organizado pela CBCISS e pelos cursos de pós-graduação. Essa perspectiva foi uma volta ao passado, não tendo repercussão para a profissão. E ainda, recuperava os componentes conservadores e históricos da profissão, a fim de repor sobre uma base teórico- metodológica, rejeitando a tradição positivista (NETTO, 2011b; SILVA 2002).

O terceiro momento de reflexão: a intenção de ruptura na década de 1970, organizado pela CBCISS, ABESS, sindicatos e cursos de pós-graduação, realizado na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, tinha a pretensão de romper com o conservadorismo, apropriando-se da teoria marxista, além de colidir a autocracia burguesa em seus aspectos: teórico cultural, plano político e plano profissional (NETTO, 2011b).

Conforme Iamamoto (1997), o rompimento com o conservadorismo busca novas bases para o Assistente Social, buscando atender aos usuários e aos seus interesses.

Netto (2011b) explica que essa perspectiva apresentou um momento contraditório por um lado encontravam-se estudos sobre o seu contexto, por outro lado, não tinham uma abordagem sobre esse processo e não era fácil o acesso aos seus documentos para melhor compreensão.

A perspectiva exibiu três momentos constitutivos: a emergência; realizada em Belo Horizonte sendo não opcional e tendo uma crítica à tradição profissional por jovens presentes, além da aproximação com a tradição marxista; a consolidação acadêmica e o espriamento sobre a categoria profissional; a constituição foi interrompida

devido a demissões de gestores e formuladores, o rompimento ganhou novas bases acadêmicas e aos poucos os debates profissionais se adensam (NETTO, 2011b).

A partir de Netto (2011b), além dos momentos de constituição da perspectiva de intenção de ruptura, houve dois tempos fundamentais para a construção da mesma; o método BH e a reflexão produzida por Yamamoto.

Wanderley (1998, p.42) analisa o Método BH “[...] tal elaboração buscava romper com a herança positivista encravada no pensamento conservador que predominava no Serviço Social, inclusive o desenvolvimento de comunidade [...]”. Foi constituído na Escola de Serviço Social na Faculdade Católica de Minas Gerais.

A reflexão de Yamamoto foca o Serviço Social como profissão referenciada no capitalismo, supondo que deve ser inserido na sociedade (NETTO, 2011b).

A década de 1970 foi marcada pela origem do projeto ético-político do Serviço Social em São Paulo no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, no entanto, seu avanço foi apenas em 1980 e sua consolidação em 1990 (REIS, [20--]).

O projeto ético-político do Serviço Social é a afirmação dos direitos dos trabalhadores com base nos princípios éticos e foi resultado das relações da sociedade com a identidade da profissão (REIS, [20--]; SILVA, 2012).

Conforme Netto (1999, p.104-105, grifo do autor), sobre os compromissos do projeto ético-político,

[...] tem em seu núcleo o reconhecimento da *liberdade* como valor central- a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais [...]

O projeto ético-político da categoria profissional materializou-se a partir de três marcos legais da profissão: a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei n.8.662/93), o Código de Ética profissional do Assistente Social e na proposta das Diretrizes Curriculares para a formação profissional em Serviço Social (IYAMAMOTO, 2010).

A década de 1980 foi marcada pela saída dos militares do poder e o retorno da democracia, dessa forma o Brasil voltou a escolher os seus governantes, e em 1985 foi realizada uma eleição para presidente da República (COUTO, 2010).

Em 1985, Tancredo Neves foi eleito de forma indireta, porém, não alcançou o poder, falecendo em Abril do mesmo ano, assim, o seu sucessor José Sarney, tomou o

poder e alcançou popularidade, com dois atos; o Plano Cruzado com medidas de congelamento de preços favorecendo a classe assalariada e o processo constituinte com um novo horizonte para a democracia no Brasil (COUTO, 2010; SERRA, 2010).

Os autores Couto (2010) e Serra (2010), assinalam que o governo de José Sarney passou por aprofundamento na inflação e na recessão, o que levou a cortes nos investimentos e nas verbas para saúde, habitação, entre outros. Vale ressaltar que esse governo teve como ponto relevante a Constituição de 1988.

O autor Serra (2010, p.69-70), fala sobre os princípios básicos que a Constituição de 1988 observava;

[...] da ordem econômica e do funcionamento do Estado a soberania nacional, a propriedade privada, a função “social” da propriedade, a livre concorrência, a defesa do consumidor, a defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades sociais, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte, sendo também assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente da organização de órgãos públicos [...]

Nesse período houve a expansão da pobreza e a má distribuição de renda, com isso a população demandava mais de políticas sociais, assim, buscaram romper com o clientelismo propondo novas mudanças para o crescimento do país. Porém, as promessas feitas à população para melhoria nas condições de vida, não foram realizadas e a taxa de pobreza voltou a crescer (COUTO, 2010).

Enquanto isso o cenário era de crise econômica, aumento da inflação e dívida externa, assim, criou-se comissões que ficaram responsáveis pela Previdência Social, Assistência Social, Saúde, entre outros campos. A crise econômica e a incapacidade do Estado em investir tiveram como uma das consequências o clientelismo, e como resultado obteve em 1988, o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS) (SILVA, 2002).

De acordo com Silva (2002) o Serviço Social apresentou avanços para a profissão. Havendo articulação do Serviço Social com o do continente e o latino- americano, e avanços acadêmicos e na área de pesquisa, ressaltando também a superação do assistencialismo.

O desafio maior do Serviço Social era conseguir atender as demandas das classes dominantes, sendo aquelas postas devido à posição de dependência e as postas em busca de apoio para as lutas de classe (SILVA, 2002). Assim, entende-se que a

partir das demandas, era necessário mediar os conflitos e intervir, visando conciliar o interesse das classes dominantes, procurando ajuda para as demandas trazidas de forma isolada, conhecendo a essência da aparência.

Conforme Serra (2010), em 1990, o governo de José Sarney chegou ao fim, tendo como pontos relevantes, a impopularidade, a inflação e o arrocho salarial.

O governo de 1990 a 1992 foi assumido por Fernando Collor de Mello, tendo caráter populista, assistencialista e clientelista dos programas sociais, além de lançar um programa para estabilizar a inflação. As principais características a intervenção na economia foram por meio dos planos Collor I e II (COUTO, 2010; SERRA, 2010).

Como afirma Couto (2010), o período governado por Collor deixou marcas na democracia do Brasil e chegou ao fim com inúmeras denúncias de corrupção o que levou ao impeachment, retirando- o do poder.

Em seguida, Itamar Franco assumiu o poder até 1994, centrando o seu governo para conter a inflação e o déficit público. Foi um governo populista, democrático e assistencialista (COUTO, 2010).

Em 1994, foi lançado o Plano Real, com o objetivo de atingir metas principais, como a estabilização da economia e dos preços, tendo como ministro da economia Fernando Henrique Cardoso (COUTO, 2010; SERRA, 2010).

O plano real foi um marco importante no governo de Itamar Franco, como afirma Serra (2010, p.148), “[...] potencializou a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência do Brasil em 1994”.

Além do destaque do Plano Real para a área econômica, vale ressaltar que o Código de Ética de 1993 para Serviço Social marcou a profissão. O Código foi uma reavaliação do anterior e é um instrumento usado pelos profissionais visando transformar suas práticas e os sujeitos envolvidos, além da relevância para o projeto da profissão, tendo como base para as suas práticas (SILVA, 2012).

O governo de Fernando Henrique Cardoso era democrático, pautado na eficácia e eficiência, buscava priorizar a estabilidade da moeda e manter o controle da inflação, além de priorizar educação, emprego, segurança, agricultura e saúde. O presidente alcançou a estabilidade da moeda o que levou credibilidade (COUTO, 2010; SERRA, 2010).

### **2.1.2 Processo de trabalho do Serviço Social**

Para adentrar ao processo de trabalho do Serviço Social, torna-se relevante entender a categoria trabalho, pois foi a partir do embate entre capital e trabalho, que surgiu o objeto de atuação do Serviço Social. Assim, compreender essa categoria auxiliará no entendimento quanto às expressões da questão social para que o profissional do Serviço Social possa intervir.

Destaca-se que nas últimas décadas dos anos 1970, transformações ocorreram no mundo do trabalho, como, a automação, a microeletrônica, entre outros, o que levou a entender que a classe operária sofreu com essas metamorfoses, pois acarretou na sua forma de ser (ANTUNES, 2000).

Segundo Antunes (2000), o capitalismo contemporâneo no seu mundo do trabalho tinha o proletariado que deixava de aparecer na esfera industrial, à expansão do assalariamento no setor dos serviços destacando para a incorporação do contingente feminino, significando a heterogeneização do trabalho, além da subproletarização intensificada, nas formas de trabalho terceirizado, flexibilizado, entre outros. Essas transformações acarretaram na expansão do desemprego estrutural mundial.

A classe trabalhadora espalhou-se, subproletarizando em outros locais, deixando de ser reconhecida como classe trabalhadora, isso devido ao surgimento da máquina, ou seja, do trabalho morto, aumentando o desemprego, porém, quando essa máquina apresentava defeitos, quem substituía eram os operários, ou seja, o trabalho vivo.

Como aponta Antunes (2000), o capitalismo pode intensificar e precarizar o desemprego, mas não pode eliminá-lo, nem substituí-lo, pois os operários consomem, gerando lucro para o capital, ao contrário das máquinas.

No período das mudanças no mundo do trabalho, a crise vivenciada ficou conhecida como “crise estrutural do capital”, que implementou a reestruturação do processo de trabalho e a falsa ideia do fim do socialismo (ANTUNES, 2000).

O Serviço Social surgiu para atender as necessidades do capitalismo e controlar a classe trabalhadora, compreendendo o processo de trabalho do Serviço Social ligado ao desenvolvimento da sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2012).

Em tempos de mudanças a classe trabalhadora volta a ser controlada e induzida a produzir, provocando alterações nas relações de gêneros, familiares, étnico-racial e cultural, ou seja, com as transformações no mundo da produção, esses problemas familiares passaram a ser coletivos (IAMAMOTO, 2010).

Iamamoto (2010) aponta que há uma contradição entre liberdade de escolhas e de subjetividade para uma ausência do sujeito, pois o mesmo não se reconhece como fruto da sua liberdade de produção, não se reconhece na própria produção e mesmo assim coopera a produzir.

O Estado era a favor do capitalismo, intervindo de forma pontual, enquanto a classe trabalhadora exigia resposta para as suas demandas e o capital visava o crescimento.

O indivíduo social é um ser histórico, alienado e criativo no processo de sociabilidade, pensado sob a lógica da totalidade (IAMAMOTO, 2010).

O trabalho cria novas necessidades, sendo um ato histórico e uma atividade específica do homem que a partir das suas necessidades, transforma a forma natural do material para produzir valores de uso. (IAMAMOTO, 2010).

Sobre a categoria trabalho,

[...] O homem se afirma como ser criador, não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que age consciente e racionalmente. Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta e não só espiritual, opera mudanças tanto na *matéria* ou no objeto a ser transformado, quanto no *sujeito*, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas (IAMAMOTO, 2012, p.60, grifo do autor).

Foi reafirmado o Serviço Social como trabalho nos debates realizados pela ABESS a partir de uma revisão curricular para graduação em Serviço Social (IAMAMOTO, 2012).

Segundo Iamamoto (2010), o Serviço Social foi pensado a partir da tradição marxista, sendo uma profissão que intermeia entre capital e trabalho. Dessa forma o Serviço Social precisa compreender a totalidade da categoria trabalho, ou seja, pensar trabalho como criador e transformador, além de participar do modo de produção e inserção na produção e reprodução capitalista.

Sobre produção e reprodução, Granemann (1999) explica que a produção, é a forma de criação dos produtos, que no capitalismo é diferente das outras formas já criadas. E a reprodução são os atos que complementam a vida social.

O processo de trabalho é organizado por três elementos: valor de uso, matéria e instrumento. O valor de uso é considerado a força de trabalho, a matéria é o objeto com o qual os homens trabalham e o instrumento é fabricado pelos homens e serve para facilitar seus trabalhos (GRANEMANN, 1999).

Na década de 1990 ocorreram mudanças no Estado que começam a transferir responsabilidades, nas classes sociais que se tornam desunidas e no mundo do trabalho o que implica na experiência profissional (MOTA, 1999).

Essas mudanças alteram a prática profissional e a profissão do Serviço Social, pois atendem aos trabalhadores e ao mesmo tempo, fazem parte da classe trabalhadora, afetando o serviço profissional.

Conforme (MOTA, 1999) outras mudanças ocorrem também no consumo da força de trabalho e na produção material devido à reorganização das forças produtivas. Esses impactos acarretam o Serviço Social em dois planos: o primeiro, afeta o exercício profissional como as condições de trabalho, e o segundo, devido às mudanças refere-se a novos problemas sociais, há também novas demandas, pois o trabalhador é cada vez mais explorado pelo capitalismo.

Tais mudanças acarretaram para o Serviço Social desafios, como a identificação das necessidades sociais, ressaltando que essas são inconfundíveis com as demandas profissionais. Para melhor compreensão, “[...] a identificação das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que as determinam [...]” (MOTA, 1999 p.35). Ou seja, identificar uma demanda posta não significa que o profissional compreendeu as reais necessidades do usuário.

O Serviço Social é uma profissão liberal, inserido na divisão social e técnica do trabalho, tendo o assistente social, autonomia relativa para exercer a profissão. Essa autonomia propõe a venda da sua força de trabalho ao acessar o mercado de trabalho, ou seja, essa força é uma mercadoria que possui valor de uso (IAMAMOTO, 2010).

De acordo com lamamoto (2010, p 215, grifo do autor), “[...] o *significado social do trabalho profissional do assistente social* depende das relações que estabelece com os *sujeitos sociais que o contratam*, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade [...]”. O assistente social vai trabalhar a partir da determinação dos empregadores.

De acordo com Iamamoto (2012), a relação entre teoria, metodologia e história pareciam se firmar enquanto central na formação profissional, sendo uma base sócio-histórica, e a compressão dessa relação exige aproximar o Serviço Social como uma profissão determinada na sociedade.

Analisar a profissão pressupõe abordar os modos de atuar e pensar dos sujeitos promotores desse exercício profissional. O Serviço Social apropriava daquilo que estava posta pela sociedade, aos problemas, e com isso se fundamentavam na teoria e metodologia (IAMAMOTO, 2012).

Conforme Iamamoto (2012) para alguns a política social era o eixo privilegiado para pensar na construção da profissão, pois era um meio entre capital e trabalho e nesse embate os trabalhadores reivindicavam por melhorias.

A política social era o campo privilegiado de intervenção profissional, porém, é resposta a questão social. Essa é a matéria prima do trabalho profissional e explica a importância das políticas sociais nas relações entre Estado e classe, mas não explica a questão social (IAMAMOTO, 2012).

Segundo Iamamoto (2012), a categoria trabalho expressa a capacidade de o homem responder de forma prática as questões que são demandadas, isso ocorre devido à dimensão teológica, ou seja, o homem projeta em sua mente o resultado do trabalho antecipadamente.

Todo processo de trabalho demanda de uma matéria-prima, bem como a ação do sujeito na utilização de meios e instrumentos para a realização do trabalho, assim, o objeto de trabalho do Serviço Social é a questão social e suas múltiplas expressões. Assim, há necessidade do profissional conhecer seu objeto de trabalho para agir na transformação da realidade. (IAMAMOTO, 2012).

Iamamoto (2012) afirma que o trabalho do assistente social se dá a partir da explicação dos processos sociais que produzem e reproduzem a questão social e suas múltiplas expressões apreendendo como são vividas pelos sujeitos no seu cotidiano.

Os instrumentos do Serviço Social são os meios necessários para a realização da prática profissional, “[...] instrumento como mero conjunto de técnicas se amplia para abranger o *conhecimento como um meio de trabalho*, sem o que esse trabalhador

especializado não consegue efetuar sua atividade ou trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2012, p.62, grifo do autor).

O assistente social não contém todos os instrumentos necessários para a realização do seu trabalho, isso depende da instituição a qual está trabalhando. Os recursos e meios disponíveis nessas instituições versam sobre o exercício profissional, por isso a necessidade de dispor de autonomia relativa para a efetivação do trabalho (IAMAMOTO, 2012).

Iamamoto (2012) analisa que o trabalho do assistente social é uma profissão atravessada por relações de gênero, sendo majoritariamente feminina e apresentando traços de subalternidade, levando outras profissões a ganharem destaque, devido a isso há interferências na construção da sua identidade. E ainda, a incompreensão quanto o resultado do Serviço Social, a dificuldade de compreender o produto.

O Serviço Social atua tanto na produção de treinamento, programas e viabilização de benefícios, quanto nas condições materiais e imateriais dos sujeitos. O seu resultado está ligado à produção e reprodução da força de trabalho (IAMAMOTO, 2012).

Segundo Iamamoto (2012), a instrumentalidade no exercício profissional do assistente social é entendida como o conjunto de técnicas necessárias para a atuação, mas vai além da utilização de técnicas, pressupõe a capacidade da profissão de se construir na sociedade.

E como afirma Guerra (1999, p.53),

[...] é por meio da instrumentalidade que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: o nível do cotidiano.

As ações dos profissionais são dotadas de instrumentalidade a partir do momento que transformam os instrumentos para atender suas finalidades, tornando-se um profissional proposital (IAMAMOTO, 2012).

Conforme Iamamoto (2012), a instrumentalidade como mediação permite que as ações dos assistentes sociais deixem de ser unicamente instrumental e passem a serem críticas.

## 2.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

O presente capítulo tem como objetivo compreender o processo histórico da assistência social no Brasil, abordando de forma contextualizada toda a trajetória.

O percurso da assistência Social teve início com o surgimento da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, com caráter de favor e clientelismo que se entendeu por muito tempo na política assistencial brasileira, o governo buscava legitimidade com a população pobre (COUTO, 2010).

O objetivo da LBA era prestar “ajuda e solidariedade” as famílias “desamparadas e necessitadas” dos homens que haviam sido convocados para a Segunda Guerra Mundial, com intuito de ajudar o Governo com apoio político (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Somente na década de 1980 com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), a assistência social passou a ser reconhecida como direito do cidadão e política de seguridade social, de responsabilidade do Estado (SIMÕES, 2012).

A Seguridade Social conforme prevista na Constituição Federal, no art. 194, “[...] compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2011a, p.53).

A respeito da assistência social, diz o artigo 203 da Constituição Federal (BRASIL, 2011a, p.56);

Art. 203. “A assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II) O amparo às crianças e adolescente carentes;
- III) A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV) A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V) A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provido sua família, conforme dispuser a lei.

Essa conquista, expressa a superação do conceito de assistência social, deixando de ser visto como uma “ajuda” e caridade, passando a ser reconhecida como direito e política pública (SIMÕES, 2012). Em outras palavras Battini e Costa (2007, p.33)

explicam, “[...] as ações assistenciais foram retiradas do campo da meritocracia, da ajuda e do clientelismo, para serem incluídas entre os direitos de cidadania [...]”.

Battini e Costa (2007) afirmam que a Assistência Social faz parte da seguridade social, sendo orientada pelo combate a pobreza, as formas de exclusão e a busca da inserção social.

Assegura que a instituição da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988 garante os direitos aos cidadãos. Vale ressaltar que o conceito da seguridade social já era estabelecido desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011; SILVA, 2014).

A partir da articulação das políticas de saúde, previdência e assistência social, formou-se o tripé da Seguridade Social. Tendo, a saúde como direito de todos e uma política universal, previsto no art.196 da CF/88; a previdência social como política de caráter contributivo sustentado pela lógica do seguro, ou seja, atende a população contributiva, previsto no artigo 201 da CF/88 e a assistência social como uma política de caráter não contributivo, atende a quem dela necessitar, como previsto nos arts. 203 e 6º da CF/88 (SPOSATI, 1995).

Conforme Couto (2010), a assistência social foi à última área a ser regulada, apenas em 1993 com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). A saúde teve sua regulação em 1990, com a aprovação da lei orgânica e a previdência social teve a sua lei aprovada em 1961. O atraso na regularização da assistência social se deu devido o preconceito do Estado com essa área e a falta de densidade política.

Segundo Simões (2012), a população que recebia ajuda e doações deixaram de ser favorecidas, e passaram a ser beneficiárias do seu próprio direito, por meio da LOAS.

Pereira (1996, p.99-100) explica “[...] os demandantes dessa assistência deixaram de ser meros clientes de uma atenção assistencial espontânea - pública e privada - para transformarem-se em sujeitos detentores do direito à proteção devida pelo Estado”.

A aprovação da LOAS não foi simples. Em 1990, Fernando Collor vetou o projeto de lei que havia sido aprovado pelo Legislativo, alegando que a proposta não estava vinculada a assistência social (SPOSATI, 2005).

De acordo com a explicação de Sposati (2005), em 1993 foi enviado ao Presidente da República da época, o projeto de regulamentação da assistência social, sendo este vetado. Mas como o primeiro projeto havia sido vetado, o executivo elaborou um novo projeto, que foi debatido por vários movimentos e estados e em seguida, o texto foi fechado.

Afirma Couto (2010), que a LOAS de nº 8.742/93 foi aprovada no governo de Itamar Franco após persistência da sociedade que pressionou o governo solicitando mais investimentos na área social.

De acordo com o artigo 1º da LOAS, a definição é clara;

Art. 1º. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, [201-], p.9.)

A LOAS determina o pagamento de benefícios assistenciais, ou seja, não contributivos, que deveriam ser garantidos a população em vulnerabilidade social, sendo os benefícios eventuais e o benefício de prestação continuada (BPC) (SIMÕES, 2012).

O BPC pode ser explicado segundo a Lei Orgânica da Assistência Social;

Art.20. O Benefício de prestação continuada é a garantia de um salário mínimo mensal a pessoa com deficiência e ao idoso de 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família (BRASIL, [201-], p. 22).

Couto e outros (2012), afirmam que esse atraso pode ser explicado devido às condições contrárias na qual se encontra os investimentos e a economia.

Conforme Couto e outros, (2012), após duas décadas da aprovação da LOAS, foi construído um projeto de resistência que apareceu como resultado de intenso debate nacional, este foi pensado a partir dos sujeitos que enfrentaram conjunturas desfavoráveis e afirmaram os direitos sociais dos usuários da assistência social. Assim, foi aprovado em 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) através do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), proveniente da resolução nº 145, de 15 de Outubro de 2004, que define as diretrizes, atribuições e competências para a efetivação da assistencial social.

Simões (2012, p. 314, grifo do autor), explica o papel da Política Nacional de Assistência Social:

A PNAS promove, sobretudo, a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais, particularmente das famílias, seus membros e indivíduos mais empobrecidos e socialmente excluídos. Cabem, por isso, à assistência social, segundo essa política, as *ações de prevenção, proteção, promoção e inserção*; bem como o provimento de um conjunto de garantias ou seguranças que cubram, reduzam ou previnam a vulnerabilidade, o risco social e eventos; assim como atendam às necessidades emergentes ou permanentes, decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus usuários e beneficiários.

A PNAS apresenta como diretrizes;

- I- Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como as entidades beneficente e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- II- Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III- Primazia da responsabilidade do Estado e na condução de Política de Assistência Social em cada esfera do governo;
- IV- Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (BRASIL, 2005a, p.32-33).

Apresentam-se os princípios da Política Nacional de Assistência Social;

- I- Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II- Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III- Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV- Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalências às populações urbanas e rurais;
- V- Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2005a, p.32).

Como explica Quinonero e outros (2013), a diretriz e os princípios são respectivamente, um conjunto de instruções para se tratar uma ação e uma regra ou lei.

Assim, conforme Quinonero e outros (2013, p.50), “num Estado democrático de direitos, têm-se os princípios como uma aproximação entre o direito e a ética, no caso, ética pública na política social”.

Observa-se que duas diretrizes da Política de Assistência Social, sendo elas, a descentralização político – administrativa e à participação da população e controle

social são encontrados na Constituição Federal de 1988, no artigo 204. Já os princípios dessa mesma política são encontrados na Lei Orgânica de Assistência Social, no artigo 4º (QUINONERO, et al., 2013).

Segundo Silva (2012), a PNAS se aperfeiçoou após organizações e lutas dos segmentos da sociedade, neste, os usuários da política deveriam ser os protagonistas, afinal, a implementação dessa política se deu a partir da sociedade civil e seus segmentos.

Os usuários da Assistência Social são definidos pela LOAS como “aqueles que dela necessitem”, no caso da realidade brasileira, é para todos os cidadãos que estão incapacitados para o trabalho, dos serviços sociais públicos e das redes sociorrelacionais. Com a PNAS, o conceito dos usuários da assistência social ampliou-se, constituindo assim, usuário dessa política, cidadãos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos sociais. (BRASIL, 2005; COUTO et al., 2012).

Na realidade, os usuários dessa política são marcados pela desigualdade e pelo empobrecimento, são necessitados aqueles que estão fora dos mecanismos que são obtidos pelo trabalho, pela educação entre outros. Assim, essa política não é para quem dela necessitar como traz a Constituição Federal de 1988, mas sim para aqueles que não se encontram em acesso à proteção social (CARVALHO, 2000).

Um debate realizado por vários setores da Assistência Social resultou na construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pelo Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, [201-]).

Simões (2012) afirma que a Política Nacional de Assistência Social consolidou-se com o SUAS, sendo um sistema descentralizado e participativo, construído em 2005, lei nº. 12.435, aprovada somente em 2011. A implantação do SUAS tinha como marco inicial a Norma Operacional Básica NOB/SUAS<sup>2</sup>

Segundo Brasil (2005, p.39) “O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social”.

---

<sup>2</sup> A NOB/SUAS “[...] é um resultado inconteste de onze anos de formulação e debate na área da assistência social com centralidade e premência para o processo de consolidação da Política Nacional de Assistência Social sob a égide do Sistema Único em curso”. (BRASIL, 2005b, 8).

São eixos estruturantes do SUAS conforme Norma Operacional Básica (BRASIL, 2005b, p.86-87, grifo nosso);

a. precedência da gestão pública da política; b. alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários; c. matricialidade sociofamiliar; d. territorialização; e. descentralização político – administrativa; f. financiamento partilhado entre os entes federados; g. fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil; h. valorização da presença do controle social; i. participação popular/cidadão usuário; j. qualificação de recursos humanos; k. informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados.

O Sistema Único de Assistência Social tem como funções: a vigilância socioassistencial, a defesa dos direitos socioassistenciais e a proteção social, previsto no artigo 2º da LOAS (SIMÕES, 2012).

A vigilância socioassistencial refere-se ao monitoramento e à produção das ocorrências de vulnerabilidade e risco social<sup>3</sup> em determinado território; a defesa dos direitos socioassistenciais refere-se à garantia aos usuários de ter acesso e conhecer os direitos (BRASIL, 2005; SILVA, 2014).

Dentre as funções do SUAS, ressalta a relevância de priorizar o aprofundamento na proteção social.

“A proteção social de Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida [...]” (BRASIL, 2005b, p.90).

A proteção social dividida em dois níveis, dentre eles: Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial (SIMÕES, 2012).

A Lei Orgânica da Assistência Social no artigo 6º, inciso I, explica;

I – proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, [201-], p.13).

Os serviços ofertados pela Proteção Social Básica:

Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF;  
Programas de Inclusão produtiva e projeto de enfrentamento da pobreza;  
Centros de Convivência para Idosos;

Serviços para crianças de 0 a 6 anos que visem o fortalecimento do vínculo familiar, com ações que favoreçam a socialização, a valorização do brincar e a defesa dos direitos da criança;

Serviços socioeducativos para crianças e adolescentes na faixa de 6 a 14 anos, visando a sua proteção. Socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;

Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, com fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;

Centros de Informação e de Educação para o Trabalho para jovens e adultos (BRASIL, 2010, p.10).

Os serviços, programas projetos e benefícios de proteção social básica deverão ser organizados e coordenados pelo CRAS, além de se articularem com as outras políticas para melhor superar e prevenir as condições de vulnerabilidade e risco social das famílias. Ressaltando que esses serviços também deverão manter articulação com os serviços ofertados pela Proteção Social Especial para posteriores encaminhamentos às famílias (BRASIL, 2005a).

Segundo artigo 6º, inciso II da LOAS, a proteção social especial é:

[...] conjunto de serviços programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (BRASIL, [201-], p.13).

Em outras palavras a Proteção Social Especial, é uma modalidade de atendimento que visa atender as famílias em vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 2005a).

Segundo Simões (2012), a Proteção Social Especial pode ser média e alta complexidade, sendo a média complexidade, quando os direitos já foram violados, mas ainda existem vínculos familiares e a alta complexidade, quando existe a violação de direitos e os vínculos familiares são rompidos.

A Proteção Social de Média Complexidade requer um acompanhamento monitorado e é prestado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (BRASIL, 2005a; SIMÕES, 2012).

Os serviços ofertados pela Proteção Social Especial de Média Complexidade são:

Serviço de orientação e apoio sociofamiliar;

Plantão Social;

Abordagem de Rua;

Cuidado no Domicílio;

Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência;

Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA) (BRASIL, 2005a, p.38).

E os serviços prestados pela Proteção Social Especial de Alta Complexidade: “Atendimento Integral Institucional, Casa Lar, República, Casa de Passagem, albergue, Família Substituta, Família Acolhedora, Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada), trabalho protegido” (BRASIL, 2005a, p. 38).

Esses serviços devem garantir proteção integral para as famílias e são prestados diretamente ao Poder Público (BRASIL, 2005a).

Vale destacar que a Proteção Social não deve ser exclusiva da Política de Assistência Social, mas sim, das outras políticas públicas, devendo haver articulação entre elas. Caso essa articulação não aconteça, dois riscos podem ocorrer: de um lado, a política de assistência social vai ter toda a função que deveria ser do conjunto de outras públicas, e por outro lado, a proteção social fica voltado para a política de assistência social que pode se limitar aos serviços socioassistenciais (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011).

### **2.2.1 Centro de Referência de Assistência Social**

Conforme descrito acima, a Proteção Social Básica tem seus serviços executados no CRAS sendo esse um elemento relevante para o desenvolvimento dessa pesquisa, acarretando no aprofundamento do assunto.

“O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica [...]” (BRASIL, 2009, p.9).

O CRAS funciona como referência para as famílias em situação de vulnerabilidade e social do território, sendo uma porta de entrada que visa o acesso de famílias à rede de proteção social básica (BRASIL, 2009). Essa unidade pública atua com famílias e indivíduos visando o fortalecimento do vínculo familiar e comunitário (BRASIL, 2005a).

Por atuar com famílias e indivíduos o CRAS é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), que articula com os outros serviços buscando o vínculo familiar (BRASIL, 2009). Suas ações são organizadas com a

participação das famílias e do território buscando melhorias para o programa (BRASIL, 2012).

São ações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF:

- Acolhida;
- Oficinas com Famílias;
- Ações Comunitárias;
- Ações Particularizadas;
- Encaminhamentos (BRASIL, 2012, p.14).

Ressaltando que essas ações são implementadas pela equipe de referência do CRAS.

A acolhida é o primeiro contato e o início do vínculo do indivíduo com o profissional e o serviço. Nesse contato o profissional vai atender as demandas e compreender as reais necessidades das famílias ou indivíduo e se necessário realizar os encaminhamentos para outros serviços acionando a rede socioassistencial, além de ser o momento em que um vínculo será criado (BRASIL, 2012).

As acolhidas realizadas no CRAS devem ser realizadas da seguinte forma:

[...] Para as acolhidas no CRAS é preciso garantir locais adequados, configurados para assegurar o bem-estar das famílias, ao expor suas demandas e vulnerabilidades, e para resguardar o sigilo das informações, devendo ocorrer, portanto, em uma sala de atendimento [...] (BRASIL, 2012, p.22).

As ações comunitárias acontecem de forma coletiva, com um número maior de famílias e indivíduos e tem como objetivo fortalecer os vínculos comunitários (BRASIL, 2012).

Os encaminhamentos são orientações que direcionam as famílias e indivíduos para outros serviços, cujo objetivo é fazer com que esses sujeitos tenham acesso aos seus direitos. É realizado por meio de um documento feito pelo profissional e entregue ao cidadão para que entreguem ao serviço encaminhado (BRASIL, 2012).

As oficinas com as famílias tem objetivo de ocasionar discussões acerca de temas do interesse da família e sua real necessidade no território. São encontros organizados pelos profissionais para trabalharem com conjunto de famílias (BRASIL, 2012).

E as ações particularizadas podem ocorrer com um membro ou toda família, é realizada a partir de um pedido da família ou um profissional pode perceber a

necessidade dessas ações e indicar a ação e tem o objetivo de conhecer mais profundamente a família (BRASIL, 2012).

Essas ações desenvolvidas pelo PAIF têm como objetivos: o fortalecimento da família buscando prevenir o rompimento dos vínculos familiares e comunitários, promovendo o acesso aos serviços da rede favorecendo o usufruto aos direitos socioassistenciais, promover a autonomia das famílias por meio de ações e apoiar as famílias que possuem membros que necessitam de cuidados por meio de encaminhamentos (BRASIL, 2012).

Importante ressaltar que “o CRAS assume como fatores identitários dois grandes eixos estruturantes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização” (BRASIL, 2012, p.11).

A matricialidade sociofamiliar tem à família como centro das ações da política de assistência social. E a territorialização tem o território como centro como meio para compreender as situações vividas pelas famílias presentes ali (BRASIL, 2009).

Além de ofertar o PAIF, o CRAS tem como função a gestão territorial Social Básica no Território, cujo objetivo é tornar disponível a proximidade dos serviços à moradia das famílias. (BRASIL, 2009). Essa função apresenta três ações, dentre elas: “articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada a CRAS; promoção da articulação intersetorial, e busca ativa” (BRASIL, 2009, p.20).

A articulação da rede socioassistencial de proteção social básica contribui para que as famílias tenham acesso aos serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social, criando conexões com outros serviços e outras políticas públicas (BRASIL, 2009).

A promoção da articulação intersetorial busca a interação com outras políticas públicas além da política de assistência social e com os serviços e instituições para que as famílias tenham acesso (BRASIL, 2009).

A busca ativa, quer dizer a busca por famílias e indivíduos, realizada pela equipe técnica do CRAS, com o objetivo de conhecer o território, além identificar as situações de vulnerabilidade e risco social (BRASIL, 2009).

A oferta dos serviços desenvolvidos no CRAS deve ser planejada e organizada, além do conhecimento das famílias e do território atendido pelo serviço, buscando compreender suas demandas e reais necessidades (BRASIL, 2009).

Koga (2011) afirma que a noção de território se constrói a partir da relação entre este e as pessoas que dele se utilizam, não sendo apenas um espaço geográfico, mas significando uma vida ativa no território, tornando-se notório a presença ou ausência dos serviços públicos e das relações sociais. Assim, território trata-se do espaço ocupado pela sociedade, onde esta pratica suas atividades cotidianas, como trabalho, escola, lazer, moradia, entre outros.

Autores abrangem mais sobre território como Sposati (2013, p.6),

Território é mais do que um lócus, no sentido de definição de um lugar, não é algo estático como um endereço ou uma denominação. Ainda que estes atributos façam parte do território, sua caracterização ocorre por vivências, significados e relações que constroem identidades individuais e coletivas.

O território não é apenas uma parte específica da terra e um espaço humano habitado, é uma localidade onde há circulação de pessoas. São nos espaços coletivos que se expressam a solidariedade, nas relações familiares, nas relações de identidade e nos vínculos comunitários, além de evidenciar as contradições da realidade: os conflitos e desigualdades que decorrem nas relações familiares e comunitárias encontradas ali (BRASIL, 2009).

Como explicado acima, a territorialização no contexto do SUAS,

[...] a adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território (BRASIL, 2009, p. 13).

Logo, a territorialização representa uma nova lógica da política de assistência social, assim, o território é a base da organização do SUAS, e vai além do espaço geográfico (SPOSATI, 2013).

A lógica do território está vinculada com a rede socioassistencial, devido aos programas, projetos e serviços da PNAS, que são executados no território e a relevância de conhecer as condições concretas vividas pela população, assim é preciso um contato direto com os usuários, além da necessidade de articulação com a rede socioassistencial.

## 2.2.2 A rede socioassistencial

Esse capítulo ressaltará a importância da rede socioassistencial e o seu funcionamento para a Política de Assistência Social, considerando um dos objetivos da pesquisa de identificar os limites e possibilidades para a realização do trabalho dos assistentes sociais junto à rede socioassistencial. Dessa forma será abordado o conceito e o modo de articulação dessa rede para o trabalho dos profissionais.

O conceito de rede “[...] origina-se do latim *retis*, e é definido pelo dicionário da língua portuguesa como o entrelaçamento de fios com aberturas regulares, capazes de formar uma espécie de tecido [...]” (NEVES, 2009, p.147, grifo do autor). A partir desse significado constrói a ideia de uma conexão, uma rede que não pode desamarrar, mas sim, manter-se articulada para que cumpra seu objetivo.

O conceito de rede são variáveis e apresentados por diversos autores e em diversas áreas. O utilizado e relevante para esse trabalho é citado segundo a Norma Operacional Básica,

A rede socioassistencial é um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (BRASIL, 2005b, p.94).

E ainda, a rede socioassistencial organiza-se a partir dos parâmetros:

- a) Oferta, de maneira integrada, de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social para cobertura de riscos, vulnerabilidades, danos, vitimizações, agressões ao ciclo de vida, e a dignidade humana e a fragilidade das famílias;
- b) Caráter público de co – responsabilidade e complementaridade entre as ações governamentais e não governamentais de assistência social evitando paralelismo, fragmentação e dispersão de recursos;
- c) Hierarquização da rede pela complexidade de serviços e abrangência territorial de sua capacidade face à demanda;
- d) Porta de entrada unificada dos serviços para a rede de proteção social básica através de unidades de referência e para a rede de proteção especial por centrais de acolhimento e controle de vagas;
- e) Territorialização da rede de assistência social sob os critérios de: oferta capilar de serviços baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão; localização dos serviços para desenvolver seu caráter educativo e preventivo nos territórios com maior incidência de população em vulnerabilidades e riscos sociais;
- f) Caráter contínuo e sistemático, planejado com recursos garantidos em orçamento público, bem como com recursos próprios da rede não governamental;

- g) Referência unitária em todo o território nacional de nomenclatura, conteúdo, padrão de funcionamento, indicadores de resultados de rede de serviços, estratégias e medidas de prevenção quanto à presença ou agravamento e superação de vitimizações, riscos e vulnerabilidades sociais (BRASIL, 2005b, p.95).

A rede enquanto ferramenta para a Política de Assistência Social tem a sua definição consolidada na PNAS e na Norma Operacional Básica, com a criação do Sistema Único de Assistência Social. A proteção social tanto a básica quanto a especial deveria ser criada uma rede que houvesse a articulação com outros serviços (VITORIANO, [20--]).

O trabalho em rede surgiu como proposta para atender e enfrentar as demandas postas pela população além de agir em conjunto com o Estado, a sociedade civil e o poder público nas decisões relacionado à sociedade. Dessa forma, é necessário que aconteça o trabalho integrado, com articulações e estratégias intersetoriais. A necessidade do acionamento dessa rede pode resultar em um atendimento com mais qualidade e um número maior de pessoas atendidas (NEVES, 2009; PEREIRA; TEIXEIRA, 2013).

Conforme Neves (2009), os usuários devem receber da rede socioassistencial um possível atendimento para ter acesso aos seus direitos. Sendo a rede, uma articulação com diversas organizações que atuam nas políticas sociais.

O sujeito de direito busca atendimento em um serviço, apresenta um conjunto de necessidades sociais, essas precisam ser compreendidas pelo profissional para que realize encaminhamentos a outros serviços, a fim de atender as necessidades reais do sujeito (NEVES, 2009).

Na rede, as informações devem ser compartilhadas e o poder descentralizado para que ocorra o seu funcionamento, de forma que todos os serviços tenham acesso as informações que nela circulam (NEVES, 2009).

Conforme a Política Nacional de Assistência Social,

[...] A operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada (BRASIL, 2005a, p.44).

Segundo Inojosa (2001) citado por Bidarra (2009, p.484) “[...] A intersetorialidade costuma ser identificada como uma articulação de saberes e experiências [...]”, cujo objetivo de tal articulação é alcançar melhores níveis de desenvolvimento social.

Segundo Bidarra (2009, p.490),

[...] atuar na perspectiva da intersetorialidade significa ter a capacidade de compartilhar responsabilidades e de organizar as atribuições necessárias à realização de uma tarefa para a qual é preciso contar com igual compromisso dos atores sociais envolvidos [...].

É preciso destacar que o trabalho intersetorial possibilita solucionar as questões complexas, melhor que solucionadas individualmente.

A articulação intersetorial busca melhorar as condições de vida das famílias por meio do acesso aos serviços e das políticas públicas. Dessa forma, para que ocorra essa articulação é necessário diálogo entre os setores para que se conheçam e trabalhem em conjunto (BRASIL, 2009).

Segundo Couto (2012), a rede socioassistencial articula o conjunto de respostas, com eficiência e eficácia em torno dos problemas do território.

O CRAS busca compreender o território que está localizado, reavendo a rede presente no território que pode dimensionar essa unidade estatal. Além de obter informação do número de famílias referenciadas nesse serviço a partir da população em vulnerabilidade e risco social, assim, a rede é quem define quais serviços precisam ser executados (BRASIL, 2009).

Contudo a rede socioassistencial é vista como um trabalho que visa atender os cidadãos, suas demandas e reais necessidades. A mesma contribui para o desenvolvimento de um atendimento com mais qualidade, que busca a promoção social do indivíduo.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com objetivo geral de analisar a prática profissional de Assistentes Sociais do CRAS São Pedro Região II, no âmbito do território, identificando a percepção dos mesmos quanto à articulação da rede socioassistencial. E como objetivos específicos: identificar os limites e possibilidades para a realização do trabalho dos assistentes sociais junto à rede socioassistencial e mapear a rede de atendimento social do território, a partir da utilização dos equipamentos pelos profissionais.

O autor Gil (2010, p. 1), define “pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. E ainda acrescenta a definição de pesquisa social “[...] como o processo que utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (GIL, 2011, p.26).

Esse trabalho de conclusão de curso foi uma pesquisa descritiva que segundo Gil (2011, p.28) “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis [...]”.

E ainda, “[...] são incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população [...]” (GIL, 2011, p.28).

Recorreu-se inicialmente à revisão bibliográfica acerca dos temas; Política Social, Política de Assistência Social no Brasil, território, rede sociassistencial, Prática Profissional dos Assistentes Sociais, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) utilizando autores especialistas no assunto tais como: Marilda Yamamoto (2012); Berenice Couto (2012); Dirce Koga (2010); Carlos Simões (2012), entre outros.

A abordagem utilizada na pesquisa foi a qualitativa, com intuito de buscar dados para melhor compreensão sobre a prática profissional do assistente social no CRAS junto à rede, identificando os limites e possibilidades dos profissionais sobre esse trabalho.

Segundo o conceito de pesquisa qualitativa do autor Richardson (2011, p.91), “[...] pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados [...]”.

O autor Richardson (2011, p.79), apresenta a diferença entre o método qualitativo e quantitativo. Assim, “o método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas”.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, os dados foram coletados por meio de grupo focal (GF) com utilização de um roteiro (APÊNDICE A), com intuito de interação e aproximação entre o entrevistado e o objeto de estudo.

Este roteiro conteve perguntas que abordaram os seguintes assuntos: limites e possibilidades dos profissionais sobre a rede socioassistencial, seu funcionamento, mapeamento dessa rede, articulação e demandas atendidas no território.

De acordo com Ressel e outros (2008, p.780),

Os GFs são grupos de discussão que dialogam sobre um tema em particular, ao receberem estímulos apropriados para o debate. Essa técnica distingue-se por suas características próprias, principalmente pelo processo de interação grupal, que é uma resultante da procura de dados.

O grupo focal realiza a interação e a aproximação entre os participantes, além da descontração dos mesmos ao responderem as questões em grupo e as trocas de conhecimentos e opiniões favorecidas nos GFs (RESSEL et al., 2008).

A coleta de dados aconteceu no CRAS São Pedro Região II, localizado no município de Vitória, realizada com os profissionais assistentes sociais presentes no local, totalizando quatro técnicos. A escolha desse espaço para a realização da pesquisa deve-se ao fato da experiência vivenciada no campo de estágio e por vincular-se com a rede socioassistencial, possibilitando assim, aproximação com o objeto de estudo.

Vale destacar que a pesquisa foi realizada em um serviço público do município de Vitória, sendo assim, foi submetida a uma autorização da Prefeitura Municipal de Vitória, para isso, foi necessário o preenchimento de uma carta de solicitação de pesquisa (ANEXO A) e do termo de responsabilidade e compromisso (ANEXO B),

tendo sido autorizada sua execução pela Secretária de Assistência Social, em 03 de Setembro de 2015 (ANEXO C).

O mapeamento da rede socioassistencial foi realizado a partir das perspectivas dos profissionais durante a realização do grupo focal.

Para realização do grupo focal foi explicado para aos participantes sobre a sua relevância, o motivo e a finalidade, para melhor entendimento dos profissionais.

Foi solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), onde garantimos o anonimato dos participantes e a possibilidade de desistência da mesma a qualquer momento. Assim essa pesquisa está de acordo com os aspectos éticos inerentes a pesquisa com seres humanos, conforme a resolução nº 466, de 2012, do Conselho Nacional de Saúde. As informações coletadas foram mantidas em privacidade, assegurando proteção e sigilo da identidade dos participantes. Esse projeto foi submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo.

Assim, para o registro dos dados foi utilizado um gravador digital durante a entrevista, permitindo um maior detalhamento. Vale ressaltar que após a análise de dados, o material coletado durante as entrevistas serão eliminadas, garantindo o sigilo dos participantes.

Após a coleta de dados, o próximo passo foi o de análise, ou seja, organizar os dados coletados para fornecer respostas aos objetivos propostos. Para o tratamento de dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo.

De acordo com o autor Richardson (2011, p.224), “a análise de conteúdo é particularmente, utilizada para estudar material de tipo qualitativo [...]. Portanto, deve-se fazer uma primeira leitura para organizar as ideias, incluídas para posteriormente, analisar os elementos e as regras que as determinam [...]”. Deve ser eficaz e precisa, compreendendo melhor um discurso, de aprofundar suas características e extrair os momentos mais importantes.

Em outras palavras o autor Bardin (2011) explica que a análise de conteúdo vai trabalhar com a fala de um sujeito, buscando compreender o que estar envolvido na mesma. E ainda, “[...] leva em consideração as significações (conteúdo), eventualmente a sua forma e a distribuição desses conteúdos e formas (índices formais e análise de coocorrência)” (BARDIN, 2011, p.49).

A análise de conteúdo divide-se em três etapas, sendo elas; “a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2011, p.125).

A partir disso, foi realizada a leitura e análise dos dados coletados com todo o material teórico da pesquisa, a fim, de adentrar uma discussão acerca do tema proposto.

#### 4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA

O presente TCC teve como objetivo geral analisar a prática profissional de assistentes sociais do CRAS São Pedro Região II no âmbito do território, identificando a percepção dos mesmos quanto à articulação da rede socioassistencial, e como objetivos específicos: identificar os limites e possibilidades para a realização do trabalho dos assistentes sociais junto à rede socioassistencial e mapear a rede de atendimento social do território, a partir da utilização dos equipamentos pelos profissionais.

A coleta de dados foi desenvolvida no CRAS São Pedro Região II, localizado no bairro de Resistência, no Município de Vitória, tendo a área de abrangência que atende aos munícipes residentes nos bairros Conquista, Nova Palestina e Resistência, totalizando aproximadamente 5.000 famílias referenciadas e contendo quatro assistentes sociais.

A região de São Pedro começou a ser ocupada na década de 1970 por imigrantes que estavam à procura de emprego. A igreja auxiliava as famílias e dividiu a região em bairro cujos nomes foram sendo religiosos (RODRIGUES, 2012).

Ao final da década de 1970 havia famílias que já ocupavam um morro em frente ao bairro São Pedro, fruto da invasão de uma propriedade particular. Neste período, para eliminar os constantes conflitos entre os invasores e o proprietário, e visando assentar essas famílias, o prefeito da época liberou uma área para construção de habitações populares. Essa medida desencadeou a ocupação de uma área de manguezal adjacente à já consolidada, pois a área prevista para uma certa quantidade de famílias, acabou recebendo o triplo do previsto que vieram em busca de moradia. Estas últimas, não encontrando terra para assentamento, iniciaram nova ocupação em manguezal, correspondendo atualmente aos bairros Santo André, São José e Redenção (São Pedro III) e Conquista (São Pedro IV) (RODRIGUES, 2012).

A área transformou-se em um grande depósito de lixo urbano a céu aberto e passou a atrair ainda mais pessoas em busca de moradia. Esse processo de migração para a região ocorre de forma acelerada, atraindo pessoas em busca de emprego por conta da fonte de renda nos lixos depositados em São Pedro III e moradia. Ao final da década de 1980 ocupações populares continuaram invadindo o manguezal.

Dessas invasões surgiram os bairros: Nova Palestina e Resistência (São Pedro V e VI, respectivamente) (RODRIGUES, 2012).

Como já visto, os dados foram coletados por meio do grupo focal, ou seja, grupos que buscam discutir sobre um tema, visando interação do pesquisador com os pesquisados (RESSEL et al., 2008). E a técnica utilizada para analisar os dados coletados, aqui será apresentada as narrativas conseguidas com os sujeitos participantes da pesquisa, a fim de realizar uma análise com o conteúdo.

Os participantes da pesquisa foram do sexo feminino, totalizando quatro assistentes sociais do local.

Ao analisar os dados obtidos, faz-se necessário salientar que as assistentes sociais apresentam pouco tempo de trabalho no CRAS São Pedro Região II, além da grande rotatividade dos técnicos que ocorreu nos últimos meses entre os Centros de Referência de Assistência Social, o que dificultou a realização do grupo focal, tendo algumas respostas das profissionais comprometidas pelo recente conhecimento do território.

#### 4.1 PRINCIPAIS DEMANDAS TRAZIDAS PELO MUNICÍPE PARA O CRAS

As principais demandas trazidas pelo município para o território atendido pelo CRAS São Pedro Região II foram mencionadas pelas profissionais entrevistadas, elencam-se:

*A principal cesta básica, (sic) (ENTREVISTADA C).*

*Eu acho que os benefícios de transferência de renda também, (sic) (ENTREVISTA B).*

*O auxílio natalidade, (sic) (ENTREVISTADA C)*

*O Bolsa Família ganha depois da cesta, (sic) (ENTREVISTADA A).*

Nota-se que dentre as demandas apresentadas pelas profissionais há os benefícios de transferência de renda, sendo o mais solicitado o Programa Bolsa Família.

Destaca-se que o Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal que visa combater a fome e a pobreza de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, garantindo condições de alimentação diária, possibilitando o acesso a saúde, a assistência social e a educação e melhorando as condições de vida das famílias e dependentes. O programa exige o cumprimento de

condicionalidades por parte das famílias beneficiárias, que abrange educação e saúde. O objetivo dessa condicionalidade é fazer com que os beneficiários tenham acesso aos direitos básicos. Na área da saúde, as famílias devem estar de acordo com o calendário vacinal e na educação com uma porcentagem mínima de frequência escolar (BRASIL, [20--]).

Observa-se que outra demanda citada pelas profissionais é a cesta básica. Um benefício eventual e pontual concedido após avaliação técnica da atual situação que a família ou indivíduo se encontram.

A cesta básica é solicitada com frequência no CRAS devido à vulnerabilidade social que o cidadão se encontra, buscando dessa forma, suprir a essa necessidade humana básica.

Vale ressaltar como já citado nos capítulos anteriores, que o artigo 1º da LOAS, provê os mínimos sociais como forma de garantir o atendimento as necessidades básicas da sociedade.

Esses mínimos são identificados da seguinte forma: “a. com a *provisão* de bens, serviços e direitos; b. com as *necessidades* a serem providas” (PEREIRA, 2002, p.26, grifo do autor). Assim, os mínimos referem-se à provisão, enquanto a necessidade refere-se aos básicos preconizando os atendimentos.

Dessa forma, as demandas identificadas pelas profissionais permite o conhecimento das principais necessidades da população.

Como já visto, o SUAS instituiu o conceito de territorialização buscando ofertar os serviços em locais próximos aos usuários, o que facilitou a realização de ações baseadas na necessidade do território (BRASIL, 2009).

#### 4.2 PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS PELOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL

Com base nos dados obtidos nota-se que muitos encaminhamentos são realizados pelo CRAS para outros serviços e outras políticas públicas buscando melhor atendimento aos munícipes.

Os encaminhamentos são realizados a partir das diversas demandas trazidas pelos munícipes. Assim, essas demandas mostram a necessidade de articulação com

outras políticas públicas para que possam atender também as suas reais necessidades. Conforme Bidarra (2009) observa-se que há necessidade do trabalho intersetorial para que busquem articulação com outros serviços para além da assistência social para atender aos usuários e suas demandas.

Os encaminhamentos realizados pelas profissionais no CRAS São Pedro Região II segundo os dados coletados:

*“Na rede seria a questão da emissão de documentos, encaminhamos também para as outras complexidades, que é a referência contra-referência, aqui entra tudo e aqui sai tudo. Os principais são: CREAS, Conselho Tutelar, Serviço de Garantia de Direito, Defensoria Pública, na forma geral, é tudo. A educação e a saúde estão até em primeiro lugar por conta do bolsa família, da questão do descumprimento, que envolve escola e a saúde”, (sic) (ENTREVISTADA A).*

A realização de encaminhamentos é uma das ações importantes dos CRAS. Sendo ele o responsável por “[...] promover o encaminhamento da população local para as demais políticas públicas e sociais” (BRASIL, 2005a, p.35). Sendo assim, os encaminhamentos contribuem para a realização de trabalho intersetorial, buscando a garantia dos direitos dos usuários e a diminuição da vulnerabilidade social.

Conforme visto, o CRAS oferta o PAIF, portanto, os seus encaminhamentos são realizados no âmbito do Programa de Atenção Integral à Família e podem ser realizados em dois tipos: o encaminhamento para a rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social e os encaminhamentos para as outras políticas públicas, além da Assistência Social (BRASIL, 2012).

Analisa-se que os encaminhamentos são realizados de acordo com a Política Nacional de Assistência Social e ainda, identificamos que a referência e contrarreferência ocorrem conforme preconiza a legislação.

*A função de referência se materializa quando a equipe processa, no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda [...]. E a contrarreferência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante a proteção básica, inserindo o usuário em serviço, benefício, programa e/ou projeto de proteção básica (BRASIL, 2009, p.10).*

A referência e contrarreferência fortalecem a realização da rede, reforçando os laços entre os profissionais atores da rede.

### 4.3 O MAPEAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

Quando questionadas sobre o mapeamento da rede de serviços, demonstraram conhecimento dos serviços e alegaram que há o mapeamento da rede tanto no município, quanto no CRAS São Pedro Região II.

A existência do mapeamento da rede socioassistencial torna-se relevante, pois dessa forma o trabalho intersetorial é realizado, sendo necessário o conhecimento dos serviços que compõem essa rede, gerando maior integração entre eles.

Durante o grupo focal, as profissionais mostraram o mapeamento da rede socioassistencial dos serviços da área da Assistência Social de todo o município de Vitória presente no CRAS, dentre eles:

- Proteção Social Básica:

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – Região: Centro, Consolação, Continental, Inhanguetá, Itararé, Jucutuquara, Maruípe, Praia do Canto, Santa Martha, Santo Antônio, São Pedro I e II. Projeto Caminhando Juntos (CAJUN); Centro de Convivência para Terceira Idade; Centro de Referência da Juventude; Centro de Referência para pessoas com deficiência; Grupo de Convivência Vivendo Melhor a Idade; Núcleo de Integração Social da Pessoa Idosa (NISPI); Núcleo Afro Odomodê; Unidade de Inclusão Produtiva.

- Proteção Social Especial de Média Complexidade:

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) – Região Centro, Bento Ferreira e Maruípe.

- Proteção Social Especial Alta Complexidade:

Acolhimento Institucional para população adulta de rua; acolhimento institucional para crianças e adolescentes; Família Acolhedora; Albergue para migrantes; alojamento temporário de famílias; hospedagem noturna; Casa Lar – População

Adulta; Casa Lar – Criança e Adolescente; Casa de Acolhimento temporário criança e adolescente.

Cabe ressaltar que as entrevistadas mencionaram apenas o mapeamento do município de Vitória acerca dos serviços socioassistenciais, não fazendo menção dos serviços presentes especificamente no território de abrangência do CRAS São Pedro Região II.

Os serviços da proteção social básica presentes no território devem ser referenciados no CRAS, para estabelecer encaminhamento entre os CRAS e outros serviços (BRASIL, 2009).

#### 4.4 O TRABALHO EM REDE SOCIOASSISTENCIAL NO ÂMBITO DO CRAS E O SEU FUNCIONAMENTO

A rede socioassistencial como já citada é um conjunto de serviços que visa atender as demandas dos usuários ofertando programas, projetos e serviços (BRASIL, 2005b).

“A articulação da rede de proteção social básica, referenciada no CRAS, consiste no estabelecimento de contatos, alianças, fluxos de informações e encaminhamentos entre o CRAS e as demais unidades de proteção social básica do território” (BRASIL, 2009, p. 21).

O trabalho em rede socioassistencial e o seu funcionamento no CRAS São Pedro Território II, segundo as entrevistadas;

*“Eu acho que funciona precariamente e às vezes nem por conta do serviço não, mas porque o próprio profissional não sabe trabalhar em rede, ele é centralizador, tem dificuldade em trabalhar em rede, entende?! Então às vezes ele nem utiliza”, (sic), (ENTREVISTADA A).*

A articulação com a rede socioassistencial deveria funcionar conforme previsto na Norma Operacional Básica, porém, a partir das falas das entrevistadas, percebem-se as dificuldades para o acionamento dessa rede. Tendo como um dos motivos à ausência de compreensão e conhecimento dos profissionais sobre a rede de serviços e a relevância deste para a prática profissional.

A fala vai de encontro com a próxima e destaca a dificuldade da rede socioassistencial:

*“Eu já acho também que a demanda é muito grande para um profissional. Por exemplo, eu não consigo fazer a rede funcionar se eu tenho dez acolhidas<sup>4</sup> para fazer, às vezes eu não dou conta de parar em um atendimento e ligar para a saúde, para o CREAS, para a delegacia. Eu não consigo acionar a rede, eu tenho que fazer os encaminhamentos e esperar com fé que ele vá acessar. Nós fazemos, mas aí esperar que vá acontecer é uma contrarreferência. Creio que se a gente conseguisse para cada encaminhamento, um caso prioritário, por exemplo, fosse caso de saúde, eu ligaria para o serviço e falaria que um determinado munícipe estava a caminho, enfim, para esse encaminhamento chegar lá de outra forma, talvez, funcionasse melhor, mas nem sempre a gente consegue”, (sic) (ENTREVISTADA B).*

*“Porque com o sistema não seria necessário ligarmos para ninguém, para isso ele foi criado, mas não acontece. Infelizmente, o sistema até para nós que somos da assistência, não temos acesso a outro serviço. Está começando agora, por exemplo, o acesso ao CREAS, para nós lermos o relato do outro serviço, ou da abordagem social ou da alta complexidade. Não podíamos, não acessávamos e na semana passada, o CREAS abriu o acesso, pediu pra termos cuidado com o que colocar no relato, mas para ter esse acesso, porque eu acredito que o sistema é pra isso, é pra você não ter que ficar ligando nem mandando encaminhamento a mão, é pra você abrir o sistema, igual o SUS e ver o histórico e ali você saber o que está acontecendo e responder o encaminhamento para o outro entender que foi feito. Mas como esse sistema está ainda em processo lento, aí você não consegue”, (sic) (ENTREVISTADA A).*

O sistema citado nas falas das profissionais refere-se ao Sistema de Gerenciamento da Atenção à Família (SIGAF), um sistema exclusivo da Assistência Social no município de Vitória, usado pelos CRAS desde 2008. Funciona como uma ferramenta de trabalho e gestão que coleta e sistematiza os dados do sistema de informações socioassistenciais (VITÓRIA, 2015).

O SIGAF tem como objetivos:

Permitir avanços no acompanhamento à família de maneira integrada e em rede; ampliar o acesso às informações; qualificar as informações sobre as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores junto às famílias; contribuir para o planejamento e reestruturação das ações e subsidiar o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) (VITÓRIA, 2015, p.9).

A partir dos relatos percebe-se que há uma comunicação frequente do CRAS com os outros serviços, porém um contato fragilizado e precário, apenas a realização de contato telefônico e encaminhamentos, e mesmo quando ocorre esse contato há dificuldades e limites.

---

<sup>4</sup> Como visto no capítulo 2, a acolhida é o primeiro momento da família ou indivíduo com o profissional e o serviço. É nesse momento que o profissional compreende a necessidade real da família, e ainda, a mesma cria um vínculo de confiança e respeito com o profissional, favorecendo o contato de ambos (BRASIL, 2012).

#### 4.5 LIMITES E POSSIBILIDADES, DESAFIOS E AVANÇOS NO ACIONAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

O trabalho em rede é uma das prioridades da Política de Assistência Social objetivando integrar as ações e ultrapassar a focalização (BRASIL, 2005a).

As entrevistas trouxeram a percepção dos profissionais referente aos limites e possibilidades, desafios e avanços no acionamento da rede socioassistencial, dentre os relatos apresentados:

*“Eu acho que o sistema é uma possibilidade para acessar a rede, só que ele tem que funcionar. Ele é uma grande possibilidade, qual é o outro município do Brasil que tem esse sistema? Nenhum entende? Só que é uma grande possibilidade, mas ele precisa adequar à realidade nossa, do nosso atendimento na ponta, e aí é um processo que demora. Os limites são muitos, é a rede enfraquecida, você liga para saúde, e ele não pode atender porque não tem aquele serviço, no nosso caso, essa mudança de profissional, quando começa uma coisa com a família e depois muda o profissional e não consegue dar prosseguimento, começa tudo novamente, se perde do que foi feito. Essa falta de uma estabilidade na contratação dos profissionais porque é muito, não para, é um meio de contratação que não é fixo, muda, com processo seletivo e os convênios”, (sic) (ENTREVISTADA A).*

A partir desse relato, percebe-se que entre as dificuldades no acionamento da rede há mudança de equipe nos serviços, com a rotatividade há também a redução da equipe, o que pode gerar fragilidade no atendimento, além da escassez de tempo dos profissionais devido a grande demanda, o que pode interferir nos atendimentos realizados pelos mesmos.

Isso vai de encontro com o que está posto na PNAS “[...] a produtividade e a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade no campo das políticas públicas estão relacionadas com a forma e as condições como são tratados os recursos humanos” (BRASIL, 2005a, p.53).

De acordo com as respostas das entrevistadas, pode-se destacar sobre o vínculo entre o profissional e o munícipe e como o distanciamento de ambos pode prejudicar no acompanhamento da família.

A relação do usuário com o profissional vai de encontro com o artigo 5º do Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais, conforme alínea; “g) Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados” (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, [201-], p.23).

A troca de profissionais configura com a descontinuidade dos trabalhos realizados com as famílias, além da obrigação da família em repetir a sua atual situação sempre que ocorrer essa mudança na equipe técnica.

Dentre os avanços ou retrocessos no acionamento da rede socioassistencial, identificamos respostas como:

*“Acho que esse trabalho em rede ele avança, mas na medida que a política vai mudando também por conta da rotatividade também ela vai retrocedendo, eu não vejo um avanço muito grande não, por isso”, (sic) (ENTREVISTADA B)*

*“Mas eu creio que enquanto os próprios profissionais tem buscado melhorar, manter um contato maior, eu percebo isso, fazer estudo de caso, buscar mesmo acionar a rede, no modo geral, nesse sentido tem melhorado, evoluído”, (sic) (ENTREVISTADA B).*

Identificamos por meio das falas das entrevistadas que mesmo com limites, os profissionais buscam aprimorar o funcionamento da rede socioassistencial e com isso, melhorar o acesso dos serviços oferecidos aos usuários. Como relatado, o estudo de caso aciona a rede socioassistencial abrangendo outros serviços e outras políticas públicas para estudar uma determinada família ou indivíduo compartilhando as experiências e compreendendo melhor a demanda e a real necessidade da mesma.

O roteiro de coleta de dados teve como foco a rede e o território, porém, nota-se que mesmo não existindo nenhuma pergunta propriamente dita sobre a rotatividade dos profissionais nos serviços, foi mencionado pela maioria das entrevistadas. Visto que esse processo da rotatividade com os profissionais vem ocorrendo com frequência nos Centros de Referência de Assistência Social.

#### 4.6 A CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO DO MUNICÍPIO PARA O TRABALHO EM REDE SOCIOASSISTENCIAL

Para compreender a gestão do trabalho no Sistema único de Assistência Social;

[...] supõe, especialmente, a criação e a manutenção de estruturas de referência técnica e institucional para a orientação e o apoio permanentes; a regulamentação de aspectos relacionados ao trabalho na assistência social, a serem pactuados e submetidos ao controle democrático da sociedade civil organizada e atuante nas mesas de negociação e nos conselhos e instâncias de pactuação; a formação de uma ampla rede de formação permanente, com envolvimento das instituições de referência na área e organizações profissionais; a implantação e unificação de sistemas públicos de informação e controle dos processos de capacitação e acompanhamento da gestão do trabalho (BRASIL, 2011a, p.14).

A gestão do município contribui para o trabalho em rede a partir da oferta de capacitação aos profissionais dos serviços. Pode-se identificar tal informação na fala das entrevistadas:

*“Então, eles fazem as capacitações. Nós tivemos duas, mas não é muito suficiente, não tem foco e fica muito vago, superficial, essa é a palavra certa. Mesmo com essa capacitação o CREAS ainda continua mandando encaminhamento pra cesta, agente avalia e continua questionando o motivo da não concessão, que nem sempre cabe realizar a concessão. Então assim, eu não consigo, não fica claro o papel de cada serviço e até aonde ele pode ir, entendeu?!” (sic) (ENTREVISTADA B).*

Observou-se que na própria fala é possível identificar uma contradição, pois há necessidade de capacitar os profissionais para que possam compreender melhor a rede socioassistencial, e as capacitações ocorrem, porém, é insuficiente e os próprios serviços não apresentam domínio no assunto segundo as entrevistadas.

A NOB/SUAS preconiza a capacitação dos profissionais, permitindo a produção de novos conhecimentos e o exercício da profissão (BRASIL, 2005b). Aproveitando para ser um espaço para discutir sobre a rede, a intersetorialidade, entre outros, garantindo o entendimento dos profissionais nesses assuntos.

As entrevistadas relatam sobre a necessidade da gestão em compreender os profissionais que estão na ponta, conhecendo a realidade dos territórios:

*“É que na realidade quando a gente estuda a política de assistência à gente entende, é claro qual é o papel do CREAS e do CRAS, mas quando você vai aplicar aquilo na sua realidade, da comunidade e do município isso vai se modificando e vai tendo que se criar estratégia diferente de adaptação de trabalho. É assim que eu entendo, e aí quando se cria essa estratégia, vai depender da gestão, porque é quem vai bater martelo, se vai ser assim, se eles vão ouvir os técnicos de ponta que conhecem a realidade, o dia a dia e irão aceitar a nossa colocação. Por isso eu acho que a gestão bate esse martelo no sentido de aceitar ou não, muitas vezes não é aquilo o que eles acham, às vezes eu acho que sim, e depende de nós da ponta de entender, conhecer e estudar a política, para não culpabilizar o outro serviço ou o profissional, porque até pra gente propor mudança precisamos conhecer a política de assistência, se não como vai fazer? Eu não posso só propor com a minha prática aqui, não dá, porque às vezes na prática eu quero uma coisa, mas a política ainda não permite, coloca uma coisa que ainda não é possível, então eu tenho que conhecer as duas coisas, e a gestão tem que conhecer a teoria, mas também tem que ouvir o dia a dia nosso, se não, não dá”, (sic) (ENTREVISTADA A).*

Dentre o relato acima, nota-se a importância da troca de experiências, da comunicação e dos saberes entre os profissionais que estão no território atuando na execução dos serviços e aqueles que estão na gestão, porque nota-se a partir das entrevistadas que a comunicação entre esses é falha.

Após a coleta de dados, foi perceptível a relevância de realizar entrevistas com as profissionais desse serviço, para melhor compreender a visão das mesmas sobre a rede socioassistencial, destacando os limites e possibilidades para a sua efetivação.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a Assistência Social que historicamente era vista como caridade e filantropia e passando a ser direito do cidadão e dever do Estado apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, notou-se que a política de assistência social deu um grande salto com as legislações.

Com a LOAS a Assistência Social foi regulamentada conforme a Constituição Federal do Brasil, com a PNAS houve a reorganização de programas, projetos e serviços que apontaram para a efetivação do SUAS, tendo esse como objetivo, assegurar as normas da LOAS e organizar as ações da assistência nos dois níveis de proteção social. Mesmo com as legislações que permeiam a assistência social ainda necessita efetivar totalmente o Sistema Único de Assistência Social.

O SUAS segue os princípios da LOAS e estabelece padrões de serviços, sendo proteção social dividida em básica e especial. A básica tem seus serviços organizados pelo CRAS.

O CRAS trás o conceito de territorialização, e de rede socioassistencial, que descentralizaram e organizaram as ações.

A rede socioassistencial envolve a sociedade e a esfera pública para que atendam as demandas da população, havendo integração entre os serviços da política de assistência social e as diversas políticas públicas, para que possam atender na totalidade da população.

O Sistema Único de Assistência Social trouxe como proposta um trabalho intersetorial nos profissionais da política de assistência social, devido às diversas demandas que aparecem no cotidiano dos mesmos.

São diversas as demandas apresentadas pelos munícipes do território atendido no CRAS São Pedro Região II, diversas vezes essas demandas não são respondidas na sua totalidade, pois a sua complexidade requerer outro serviço da rede socioassistencial e de outras políticas públicas, principalmente voltadas para a educação, habitação, saúde, onde são realizados os encaminhamentos, com intuito que o munícipe busque o outro serviço e seja atendido.

A partir dessas considerações sobre a efetivação do trabalho em rede, identificamos que a rede socioassistencial do território atendido pelo CRAS São Pedro Região II

existe, mas de maneira fragilizada, mesmo com os profissionais do serviço buscando conhecer melhor essa rede e articular com os outros serviços e políticas públicas.

Observou-se que a rotatividade dos profissionais que ocorreu nos últimos meses nos CRAS tem atrapalhado na realização das atividades desenvolvidas nesse serviço com as famílias, visto que, com a troca dos técnicos, o trabalho realizado não consegue ser concluído.

Foi identificada a fragilidade na articulação da rede socioassistencial, tendo como motivos; o grande número de demandas postas pelos munícipes e a escassez de tempo para conhecer os serviços presentes no território do CRAS e do município.

Foi observado o conhecimento das profissionais aos serviços presentes no território e o acesso realizado via email e contato telefônico. O que facilita no acionamento dos mesmos e nos encaminhamentos que as técnicas realizam as famílias e indivíduos com intuito de atender as demandas na sua totalidade. Por isso, nota-se a necessidade do mapeamento do território deve permanecer sempre atualizado, facilitando o trabalho e auxiliando novos profissionais que chegam e não conhecem o território e a rede de serviços.

Vale ressaltar a relevância do conhecimento da rede de serviços, facilitando os possíveis encaminhamentos realizados as famílias e indivíduos para os demais serviços.

Outro fator importante destacado foi à realização das capacitações sobre a rede socioassistencial que a gestão oferece aos profissionais, mas que não alcançam o resultado esperado pelos mesmos que estão próximos do território.

Durante o desenvolvimento desse trabalho, foi perceptível o quanto o mesmo contribuiu para a minha formação acadêmica, além de ter aprimorado o meu conhecimento sobre o tema do qual tenho interesse devido ao campo de estágio e auxiliado na compreensão as demandas e situações ocorridas no estágio.

Com a conclusão desse estudo, espero contribuir para a discussão sobre a rede socioassistencial gerando uma reflexão sobre a sua relevância e para reflexões que possam servir de base para novas ações que buscam atender as demandas da população.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BARDIN, Laurence. Método. In: \_\_\_\_\_. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. p. 123-131.

BATTINI, Odária. Estado e Políticas Públicas: contexto sócio-histórico e assistência social. In: BATTINI, Odária; COSTA, Lucia Cortes da. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras Editora, 2007. p. 19-58.

BIDARRA, Zelimar Soares. Pactuar a intersetorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia de direitos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, p.483-497, jul. /set. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1998). Emendas Constitucionais nº1/92 a 67/2010 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. 1. ed. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, nov. 2005a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, jul.2005b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, Conselho Nacional de Assistência Social. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social**. Manual informativo para jornalistas, gestores e técnicos Brasília, maio. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família**. Brasília: 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Programa Bolsa Família Gestão de Condicionalidades** [20--]. Disponível em: <<http://nutricao.saude.gov.br/docs/geral/apresentacaoEventosSaude.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social; Departamento de Gestão do SUAS; Coordenação-geral de implementação e acompanhamento da política de RH do SUAS. **Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial**. Brasília: Dezembro 2011b.

Disponível em:

<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/GestaodoTrabalhonoAmbitodoSUAS.pdf>.

Acesso em: 26 out. 2015.

BRASIL. Senado Federal. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, [201-].

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A política de Assistência Social no Brasil: dilemas na conquista de sua legitimidade. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 62, ano XXI. p. 144-155, mar. 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: 2011.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. In:\_\_\_\_\_. **Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais/ Lei de Regulamentação da profissão**. Vitória: CRESS, [201-], p.6-35.

COUTO, Berenice Rojas, et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ESTEVÃO, Ana Maria R. Das damas de caridade a Mary Richmond e a infância do Serviço Social. **O que é Serviço Social**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p.11-26.

GIL, Antonio Carlos. Como encaminhar uma pesquisa? In:\_\_\_\_\_. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 1-6.

GIL, Antonio Carlos. Pesquisa Social. In:\_\_\_\_\_. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p.26-32.

GRANEMANN Sara. Processos de trabalho e Serviço Social I. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 2. Brasília: CEAD, 1999. p.153-166.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4. Brasília: CEAD, 1999. p. 51-63.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A produção teórica brasileira sobre os fundamentos do trabalho do assistente social. In:\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 209-331.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Conservadorismo e Serviço Social. In:\_\_\_\_\_.  
**Renovação e Conservadorismo no Serviço Social:** Ensaio crítico. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 17-40.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche:** Capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico - metodológica. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KOGA, Dirce. Territórios entre pobreza e exclusão social. In:\_\_\_\_\_. **Medidas de cidades:** entre territórios de vida e territórios vividos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 201. p.33-69.

MARTINELLI, Marcia Lúcia. **Serviço Social:** Identidade e Alienação. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, Carlos. A natureza do Serviço Social na sua Gênese. In:\_\_\_\_\_. **A Natureza do Serviço Social:** um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007. p. 17-55.

MOTA, Ana Elizabete. Reestruturação Produtiva e Serviço Social. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.33-50, 1999.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporâneo. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 1. Brasília: CEAD, 1999. p.91-110.

NETTO, José Paulo. As condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social. In:\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011a. p.17-82.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Categorias da (crítica da) Economia Política. In:\_\_\_\_\_. **Economia Política:** uma introdução crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 64-87.

NEVES, Marília Nogueira. Rede de atendimento social: uma ação possível? **Revista da Católica.** Uberlândia, v.1, n.1, p.147-165, 2009. Disponível em: <  
[http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n1/13\\_Rede\\_de\\_atendimento.pdf](http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n1/13_Rede_de_atendimento.pdf)> Acesso em: 04 out. 2015.

OLIVEIRA, Carlos Rodrigues de.; OLIVEIRA Regina Coeli de. Direitos sociais na constituição cidadã: um balanço de 21 anos. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n 105, p.5-29, jan/mar. 2011.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos e Contextos**. Porto Alegre, v.12, n 1, p.114-127, jan./jun. 2013. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/12990/9619>>  
Acesso em: 08 out. 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS: Sentido e novidade. In:\_\_\_\_\_. **A assistência social na perspectiva dos direitos: Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996, p. 99-111.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Do mínimo ao ótimo de satisfação de necessidades mediante o conceito de básicos sociais. In:\_\_\_\_\_. **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 25-36.

QUINONERO, Camila Gomes. et al. Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS. **O Social em questão**. São Paulo, p.46-70, ano XVII, nº 30, 2013. Disponível em: < [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_30\\_Quinonero\\_3.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Quinonero_3.pdf)> Acesso em: 01 out. 2015.

REIS, Marcelo Braz Moraes dos. **Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social**. [S.l.: s.n.], [20--]. Disponível em: < <http://www.funorte.com.br/files/servico-social/29.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2015.

RESSEL, Lúcia Beatriz. et al. **O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. Florianópolis**, p. 779 – 786, out. /dez. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/21.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RODRIGUES, Joarley. **Portal Grande São Pedro**. Mar. 2012. Disponível em: <[http://pgsp.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=142](http://pgsp.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=142)>Acesso em: 08 nov.2015

ROSE, M. S. Serra. **Crise de Materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Marcela Mary José da. **A materialização do Projeto Ético- Político do Serviço Social**. São Paulo: Papel Social, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Marta Borba. **Assistência Social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo**. São Paulo: Cortez, 2014.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Carta- Tema:** a assistência social no Brasil, 1983-1990. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS:** um processo de construção da Assistência Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. Território e gestão de políticas públicas. **Serviço Social em Revista.** Londrina, v.16, n. 1, p.05-18, jul./dez 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/18423/14620>> Acesso em: 25 set. 2015.

VITÓRIA. Prefeitura Municipal de Vitória. Secretária Municipal de Assistência Social. Gerência de Gestão de Assistência Social. Coordenação de Vigilância Socioassistencial. **Manual de Operacionalização:** SIGAFWeb – Sistema de Gerenciamento da Atenção à Família. Fevereiro, 2015. p. 3-221.

VITORIANO, Isadora Serrano. A ação da rede socioassistencial: quais as possibilidades desta efetivar-se? **V Jornada Internacional de Políticas Públicas.** Maranhão, p.1 -10, [20--]. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/IMPASSES\\_E\\_DESAFIOS\\_DAS\\_POLITICAS\\_DA\\_SEGURIDADE\\_SOCIAL/A\\_ACAO\\_DA\\_REDE\\_SOCIOASSISTENCIAL\\_QUAIS\\_AS\\_POSSIBILIDADES\\_DESTA\\_EFETIVARSE.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/A_ACAO_DA_REDE_SOCIOASSISTENCIAL_QUAIS_AS_POSSIBILIDADES_DESTA_EFETIVARSE.pdf)> Acesso em: 9 out.2015.

WANDELREY, Mariangela Belfiore. Revisitando a conjuntura da época. In: \_\_\_\_\_ **Metamorfose do desenvolvimento de comunidade.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p.19-68.



## **APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada**

- 1 – Quais são as principais demandas trazidas pelos munícipes para o território do CRAS São Pedro II?
- 2- Quais os principais encaminhamentos realizados pelos profissionais de Serviço Social?
- 3- Há um mapeamento da rede socioassistencial na instituição? E no município?
- 4- Existe trabalho em rede socioassistencial no âmbito do CRAS?
- 5- Como funciona o trabalho em rede socioassistencial no território?
- 6- Quais os principais limites e possibilidades encontrados pelos profissionais de Serviço Social no acionamento da rede socioassistencial?
- 7- Você verifica avanços ou retrocessos no trabalho em rede realizado pelos profissionais de Serviço Social nos últimos anos?
- 8- Existe contribuição da gestão do município para o trabalho em rede socioassistencial? Se sim, fale sobre.



## **APÊNCICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

### **FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado para participar como voluntário de uma pesquisa que tem como objetivo analisar a prática de Assistentes Sociais do CRAS São Pedro Território II no âmbito do território, identificando a percepção dos mesmos quanto à articulação da rede socioassistencial. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição e não acarretará custos para você.

#### **INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA**

**Título do Projeto:** A prática profissional do Assistente Social no Centro de Referência da Assistência Social junto à rede socioassistencial

**Pesquisador Responsável:** Juliane Barroso

**E-mail:** jbarroso@catolica-es.edu.br

**Nome do aluno:** Jéssica Maria Silva Celestino

**Telefones para contato:** (27) 99743-4401

**E-mail:** Jessica\_sc01@hotmail.com

A pesquisa a ser realizada faz parte da formação de graduação em Serviço Social e tem como objetivo geral analisar a prática de Assistentes Sociais do CRAS São Pedro Território II no âmbito do território, identificando a percepção dos mesmos quanto à articulação da rede socioassistencial, bem como mapear a rede de atendimento social do território, utilizada pelos profissionais e com isso identificar limites e possibilidades dos assistentes sociais sobre o trabalho desenvolvido junto à rede socioassistencial.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em fornecer depoimentos sobre os quais serão gravados, registrados e falados em documento pessoal dos pesquisadores. O material gravado será destruído logo após sua transcrição, evitando acesso de outras pessoas ao mesmo.

Não existem eventuais riscos ou benefícios diretos à sua pessoa relacionados à sua participação nesta pesquisa. As informações obtidas serão confidenciais, assegurando o sigilo sobre sua participação, privacidade e seu anonimato. Você receberá uma cópia deste Termo onde consta o telefone do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto de pesquisa e sua participação em qualquer momento de realização da pesquisa. Você também poderá se informar sobre a pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo.

#### CONSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_ declaro que recebi e compreendi por completo as informações por escrito que constam neste documento e as explicações que me foram fornecidas. Fui informado(a) que sou livre para escolher concordar em participar ou me recusar. Declaro estar ciente e esclarecido da pesquisa, seus objetivos, metodologia, riscos/benefícios, garantia de sigilo e liberdade para desistir de participar e colaborar com a pesquisa em qualquer etapa da mesma sem danos para a minha pessoa. Nestes termos, concordo em participar deste estudo.

**ANEXO A - Carta de Solicitação de Pesquisa**

Vitória/ES, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Exmo(a). Sr(a). Secretário(a) Municipal da Assistência Social

Vimos mui respeitosamente solicitar a Vossa Excelência a apreciação do nosso projeto

de pesquisa para aprovação por esta Secretaria.

Instituição de Ensino/Curso:

---

Orientador (a):

---

Pesquisadores (as):

---

Título da pesquisa:

---

---

Objetivo da pesquisa:

---

---

Metodologia:

---

---

Local da realização da pesquisa:

---

---

Especificação da pesquisa:

Graduação/TCC  Graduação/Iniciação Científica

Especialização  Mestrado  Doutorado

Outro: \_\_\_\_\_

Previsão de mês/ano para conclusão da pesquisa: \_\_\_\_\_

Telefones e e-mail para contato:

---

---

---

Assinatura dos pesquisadores (as):

---

---

Assinatura do orientador (a):

---

---

## **ANEXO B - Termo de Responsabilidade e Compromisso**

**Título do Projeto:** \_\_\_\_\_

**Nome completo do solicitante/pesquisador responsável:**

\_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: (rua, avenida) \_\_\_\_\_ nº.: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

O pesquisador responsável, retro qualificado, se declara ciente e de acordo:

a) de todos os termos do presente instrumento, assumindo toda e qualquer responsabilidade por quaisquer condutas, ações ou omissões que importem na não observação do presente e consequente violação de quaisquer dos itens abaixo descritos, bem como por outras normas previstas em lei, aqui não especificadas;

b) de que os dados e arquivos a ele fornecidos deverão ser usados, guardados e preservados em sigilo e que eventual divulgação dos dados deverá ser feita em estrita observação aos princípios éticos de pesquisa, resguardando-se ainda aos termos da Constituição Federal de 1988, especialmente no tocante ao direito a intimidade e a privacidade dos consultados;

c) de que as informações constantes nos dados ou arquivos a ele disponibilizados deverão ser utilizadas apenas e tão somente para a execução e pesquisa do projeto acima descrito, sendo vedado o uso em outro projeto, seja a que título for, salvo expressa autorização em contrário do responsável devidamente habilitado da CGT;

d) de que as pesquisas que envolvam sujeitos, o pesquisador deverá recolher a assinatura desses por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo que nos casos em que os sujeitos forem crianças e adolescentes (com idade inferior a 18 anos), deverá conter no Termo a assinatura do Responsável Legal;

e) dos prazos informados no Manual de Pesquisa;

f) do compromisso da devolutiva de uma cópia da pesquisa final à Coordenação da Gestão do Trabalho, para posterior arquivamento no CEDOC desta Secretaria;

g) de que eventuais informações a serem divulgadas, serão única e exclusivamente para fins de pesquisa científica, sendo vedado uso das informações para publicação em quaisquer meios de comunicação de massa que não guardem compromisso ou relação científica, tais como televisão, jornais, periódicos e revistas, entre outros aqui não especificados.

Vitória, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2\_\_\_\_\_.

---

Assinatura do pesquisador responsável

## **ANEXO C – Carta de Apresentação**